

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	5
5.3 - Descrição - Controles Internos	10
5.4 - Programa de Integridade	12
5.5 - Alterações significativas	16
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	17

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	18
10.2 - Resultado operacional e financeiro	40
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	46
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	47
10.5 - Políticas contábeis críticas	55
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	59
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	60
10.8 - Plano de Negócios	61
10.9 - Outros fatores com influência relevante	62

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- (a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Companhia possui uma política de auditoria interna e gestão de riscos, aprovada pelo Conselho de Administração do Grupo Cosan em Fevereiro de 2019.

A política tem por objetivo descrever as atividades da área de Gestão de Riscos da Companhia e trazer a definição dos riscos, instrumentos de proteção, estrutura organizacional, avaliação da estrutura e diretrizes dos limites aceitáveis (apetite ao risco).

- (b) Dos objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

(1) dos riscos para os quais se busca proteção

Conforme já mencionado no item 4.1 deste Formulário de Referência, busca-se proteção para todo e qualquer tipo de risco que possa, de forma negativa, impactar o atingimento de objetivos traçados pela alta administração da Companhia. As principais naturezas dos riscos são destacadas abaixo:

Riscos Estratégicos estão associados à tomada de decisão da alta administração e podem gerar perda substancial no valor econômico da organização.

Riscos Operacionais estão associados à possibilidade de ocorrência de perdas (de produção, ativos, clientes, receitas) resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, assim como de eventos externos como catástrofes naturais, fraudes, greves e atos terroristas. Os riscos operacionais geralmente acarretam redução, degradação ou interrupção, total ou parcial, das atividades, com impacto negativo na reputação da sociedade, além da potencial geração de passivos contratuais, regulatórios e ambientais.

Riscos Financeiros são aqueles associados à exposição das operações financeiras da organização, segregados em:

Câmbio: associado à volatilidade do mercado e pode afetar a Companhia quando tiver ativos ou passivos atrelados à moeda estrangeira.

Juros: também associado à volatilidade do mercado. A Companhia pode, eventualmente, contratar dívidas e derivativos indexados a taxas de juros fixos ou flutuantes, porém, alterações na percepção de risco dos agentes do mercado podem gerar volatilidade nas curvas de juros e, desta forma, aumentar as despesas financeiras da Companhia.

Liquidez: Situação em que a Companhia encontra dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros.

Crédito: associado às contrapartes da Companhia que podem, eventualmente, deixar de honrar seus compromissos e obrigações.

Riscos de Conformidade (Compliance) aqueles associados à exposição a não cumprimento de leis e regulamentos emitidos pelos governos centrais e locais assim como regulamentos emitidos por entidades reguladoras ou mesmo de natureza interna. Estão associados a prevenção de lavagem de dinheiro, integridade, etc.

(2) dos instrumentos utilizados para proteção

A Companhia e suas controladas mantêm estruturas dedicadas à gestão dos riscos operacionais, como Controle Interno, SSMA (Saúde, Segurança e Meio Ambiente), Gestão de Crises e Gestão de Riscos, e as utiliza como instrumento para proteção. Tais áreas operam concomitantemente a sistemas operacionais sofisticados com recursos de segurança específicos, tais como bloqueio de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

acessos a sistemas chave da Companhia, parametrizações pré-determinadas de segregação de função na execução das atividades, log de atividades dentro do sistema, entre outros que buscam a mitigação desses riscos. Também é utilizada, quando aplicável, a contratação de seguros para os riscos operacionais descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência, como o risco "O transporte e armazenamento de gás natural envolvem riscos que podem resultar em acidentes e outros riscos e custos operacionais que poderão afetar os resultados operacionais, fluxo de caixa e a situação financeira da Comgás", para o qual a Companhia possui seguro contratado.

A atuação em conjunto das áreas mencionadas acima, permite à Companhia ter uma visão integrada dos riscos e controles, podendo fazer uma melhor avaliação das ações adotadas no tratamento ao risco.

Para definição das tratativas, a avaliação dos riscos é feita de forma conjunta, envolvendo tanto as áreas mencionadas, como também a Diretoria, responsável pelo processo onde o risco foi identificado, avaliando o grau de impacto versus probabilidade de ocorrência para cada risco identificado, para então definir-se o melhor instrumento de proteção, que podem ser:

- **Evitar:** Quando se elimina o fato gerador do risco, por exemplo, descontinuando determinado processo ou saindo de mercado específico.
- **Reduzir:** Quando são aplicáveis os controles internos (por exemplo, aprovação, revisão, segregação de funções, reconciliação, perfis de acesso, etc.) para que o dano potencial do risco seja substancialmente reduzido.
- **Compartilhar:** Quando o risco é dividido com uma contraparte externa à Companhia. Exemplos de compartilhamento de riscos são as operações de hedge (moeda estrangeira, preços, juros) e apólices de seguro.
- **Aceitar:** Quando o impacto versus probabilidade do risco é considerado irrelevante, toma-se a decisão de aceitar o risco, pois o custo da ação de controle seria maior do que o próprio risco potencial envolvido.

No âmbito de riscos financeiros, há instrumentos específicos de proteção classificados abaixo:

Tipo de Risco	Instrumento de Proteção
Câmbio	- Non Deliverable Forward (NDF) - Swap - Contrato Futuro de Câmbio - Contrato de Câmbio - Contrato de Opções de Compra e/ou Venda de Moeda Estrangeira - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Estrangeira
Juros	- Swap - Contrato Futuro de Taxa de Juros
Liquidez	- Caixa e Equivalentes de Caixa aplicados em títulos de renda fixa de curto prazo - Contratação de limites para saque (Standby Credit Facility e Conta Garantida)
Crédito	- Caixa e Equivalentes de Caixa aplicados em Instituições Financeiras consideradas investment grade em escala nacional pelas agências de rating Standard & Poors, Fitch e Moody's. - Contratos de Derivativos negociados com Instituições Financeiras consideradas investment grade em escala nacional pelas agências de rating Standard & Poors, Fitch e Moody's.

O entendimento dos riscos e adoção de ações como resposta é de responsabilidade de todos os gestores da Companhia e de suas controladas.

Todos os riscos mapeados e suas tratativas são levados para discussão e conhecimento do Comitê de Auditoria, o qual é composto tanto por membros da Companhia como por membros

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

independentes. Diante da diversidade do ambiente onde a Companhia gere seus negócios, não há o que se falar em instrumento único ou de exclusiva utilidade para todos os riscos que estamos expostos.

Cada risco mapeado recebe tratamento específico, determinado pelas áreas operacionais em conjunto com as áreas dedicadas e com a administração da Companhia.

(3) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

O Conselho de Administração e seus órgãos de assessoramento, o Conselho Fiscal e a Diretoria da Companhia fazem o acompanhamento dos negócios e condutas da Companhia, desempenhando funções relativas ao gerenciamento de riscos de acordo com as suas funções, conforme descrito no item 12 deste Formulário de Referência.

Têm destaque as seguintes funções exercidas pelo Conselho de Administração da Companhia, conforme Estatuto Social da Companhia: (i) nomear, dar posse, destituir, aceitar renúncia e substituir membros do Comitê de Auditoria observadas as disposições da regulamentação em vigor; (ii) fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria, bem como fixar o orçamento anual ou por projeto destinados a cobrir as despesas para o funcionamento do Comitê de Auditoria, incluindo custos com contratação de prestadores de serviços e consultores externos; (iii) examinar e aprovar o regimento interno, bem como as regras operacionais, em gênero, para funcionamento do Comitê de Auditoria; (iv) reunir-se sempre que julgar necessário, com o Comitê de Auditoria; (v) examinar e avaliar os relatórios anuais do Comitê de Auditoria; e (vi) aprovar e revisar o Código de Conduta e as políticas da Companhia, inclusive a Política de Gerenciamento de Riscos.

Ao Conselho Fiscal, por sua vez, nos termos do artigo 163 da Lei 6.404/1976, compete: (i) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; (ii) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral; (iii) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas a modificações do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamento de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (iv) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia; (v) convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem, por mais de um mês, essa convocação, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias; (vi) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia; (vii) examinar as demonstrações financeiras do exercício social, e sobre elas opinar; e (viii) exercer essas atribuições, durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam.

Há, ainda, os comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, que a este estão subordinados e que fazem o acompanhamento de negócios e condutas da Companhia, inclusive no que se refere ao gerenciamento de riscos a que ela está sujeita. São estes o Comitê de Auditoria, o Comitê de Remuneração e o Comitê de Divulgação e Negociação, cujas funções estão descritas também no item 12 deste Formulário de Referência.

No âmbito do gerenciamento de riscos da Companhia, destaque-se a atuação do Comitê de Auditoria, cujas funções são descritas a seguir: (i) opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço; (ii) supervisionar as atividades: (ii.1.) dos auditores independentes, a fim de avaliar: (ii.1.1) a sua independência; (ii.1.2.) a qualidade dos serviços prestados; e (ii.1.3.) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; (ii.2.) da área de controles internos da Companhia; (ii.3.) da área de auditoria interna da Companhia; e (ii.4.) da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; (iii) monitorar a qualidade e integridade: (iii.1.) dos mecanismos de controles internos; (iii.2.) das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia; e (iii.3.) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras; (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (iv.1.) a remuneração da administração; (iv.2.) a utilização de ativos da Companhia; e (iv.3.) as despesas incorridas em nome da Companhia; (v) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações; (vi) elaborar relatório semestral, se necessário, e, obrigatoriamente, relatório anual resumido, este a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (vi.1.) suas atividades, incluindo a indicação das reuniões realizadas e dos principais assuntos discutidos, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e (vi.2.) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da companhia, os auditores independentes e o Comitê em relação às demonstrações financeiras da Companhia; (vii) avaliar, monitorar e recomendar ao conselho de administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo política de transações entre partes relacionadas; e (viii) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador da confidencialidade da informação.. O Comitê de Auditoria da Companhia possui regimento interno próprio.

Adicionalmente, a área de Auditoria Interna, Riscos e Compliance da Companhia, subordinada ao Comitê de Auditoria e ao Presidente do Conselho de Administração, tem a responsabilidade de: (i) implantar e gerir o Canal de Ética Cosan e investigações de fraudes; (ii) criar e executar Plano de Auditoria Interna com foco em controles internos adequação às leis e políticas internas; (iii) realizar follow up de planos de ação dos relatórios de Auditoria Interna; (iv) identificar savings e redução de custos; (v) criar controles e realizar testes para garantir a adequação à SOX, Lei Anticorrupção e FCPA; (vi) revisar e publicar as políticas e procedimentos; (vii) disseminar a cultura de controles internos; (viii) atuar como mentores de controles e auxiliar na implantação/correção de processos; (ix) controle e aprovação de perfis de acesso SAP-GRC; (x) mapear os riscos inerentes ao negócio; (xi) auxiliar na implantação de planos de ação; e (xii) reportar tempestivamente a administração os resultados da gestão de riscos

(c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

O Comitê de Auditoria da Companhia desempenha a função de verificar a adequação da estrutura operacional e dos controles internos de forma a garantir a efetividade da política de gerenciamento de risco. Destaque-se, nesse sentido, que o Comitê de Auditoria e a Companhia entendem que sua estrutura operacional de controle interno está adequada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

A Companhia possui uma política formalizada de gestão de riscos, aprovada em 11 de fevereiro de 2019 pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, a Companhia segue uma Política de Tesouraria, aprovada pela Diretoria em 23 de novembro de 2017 e revisada a cada dois anos.

(b) Objetivos e Estratégias

i. Riscos para os quais se Busca Proteção

A Companhia busca proteção para as flutuações na taxa de câmbio e as oscilações nas taxas de juros, que afetam diretamente o seu ativo e passivo. Tal proteção é feita por meio de operações de proteção e aplicações financeiras vinculadas diretamente às taxas de juros, propiciando à Companhia um mecanismo natural de proteção.

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder Concedente e levam em consideração o aumento dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao Dólar, oscilações averiguadas na margem estipulada são revisadas e repassadas aos consumidores da Companhia, de acordo com a metodologia do contrato de concessão.

ii. Estratégia de Proteção Patrimonial (hedge)

A Companhia adota uma atitude defensiva com relação ao risco de exposição cambial, para proteger seu caixa e resultados financeiros, utilizando instrumentos financeiros derivativos. Não é permitida a utilização de instrumentos derivativos para fins especulativos, e sim somente para proteção de riscos acima identificados. Deve ser levada em consideração a tributação incidente sobre os instrumentos derivativos a serem negociados para uma correta avaliação se, mesmo após tributação, ainda são adequados às necessidades da Companhia.

Risco Cambial: A Companhia celebra contratos de swaps de moedas para reduzir o risco cambial de determinados fluxos de caixa em moeda estrangeira, e para gerenciar a composição da moeda estrangeira de seus ativos e passivos. Todos os atuais contratos de empréstimos em moeda estrangeira da Companhia combinam simultaneamente operações de swap de taxas de juros em CDI. Quando não houver swap cambial disponível no mercado financeiro para cobrir o prazo total da operação, este deve ser feito pelo maior prazo possível. Atualmente a Companhia está autorizada a contratar instrumentos de non-deliverable forwards e swaps para fins de proteção patrimonial, além de outros instrumentos desde que previamente aprovados pelo Diretor Financeiro.

Risco de taxas de juros: Com relação à taxa de juros, a Companhia celebra contratos de swaps por meio dos quais troca posições pré-fixadas para pós-fixadas, além de troca de indexadores. De modo a evitar tal risco, a Companhia dá preferência para operar com taxas de juros pós-fixadas em Reais.

Risco de liquidez: Com relação ao risco de liquidez, a Companhia busca manter a taxa de juros para seus credores em taxas flutuantes em moeda local. Caso esses empréstimos e financiamentos sejam captados a taxas diferentes dessas, a Companhia poderá utilizar instrumentos derivativos. Ainda, de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

modo a administrar tal risco, a Companhia mantém linhas de créditos adequadas aos seus compromissos e mantém seus ativos financeiros em depósitos de curto prazo em instituições de primeira linha com liquidez diária.

iii. Instrumento Utilizados para Proteção Patrimonial (hedge)

Os principais instrumentos utilizados pela Companhia são:

Swaps de taxas de juros: Exemplo: IPCA x CDI.

Swaps de moedas: Exemplo: Euro x Reais; Dólar x Reais, etc.

Em relação aos swaps cambiais contratados pela Companhia, estes transformam na prática o passivo em moeda estrangeira em um passivo em reais indexado ao CDI - eliminando a exposição ao câmbio e a taxa de juros internacional (fixa ou flutuante). O valor nominal, as taxas e os vencimentos da ponta ativa dos swaps são idênticos ao financiamento a ele vinculado. Os swaps são realizados no mercado de balcão e não é exigido qualquer depósito de garantia na operação. São considerados swaps sem caixa.

Os valores e demais características dos instrumentos financeiros derivativos são apresentados de forma resumida a seguir.

Descrição	Contraparte	Moeda Original	Ativo	Passivo	Vencimento Final
EIB II - Primeira liberação	Bancos diversos	USD	VC + 3,881% a.a.	94,34% do CDI	Junho de 2020
EIB II - Segunda liberação	Bancos diversos	USD	VC + 2,936% a.a.	95,20% do CDI	Setembro de 2020
EIB II - Terceira liberação	Bancos diversos	USD	VC + LIBOR 6M + 0,483% a.a.	88,47% do CDI	Maio de 2021
EIB II - Quarta liberação	Bancos diversos	USD	VC + LIBOR 6M + 0,549% a.a.	81,11% do CDI	Setembro de 2021
SCOTIABANK - Resolução 4131	Scotiabank	USD	VC + 3,67% a.a.	107,9% do CDI	Maio de 2023
TOKYO - Resolução 4131	Banco de Tokyo	USD	VC + 2,8114% a.a.	100,00% do CDI + 0,6% a.a.	Fevereiro de 2018
3ª Emissão de debênture – 2ª Série	Banco Santander	BRL	IPCA + 5,10% a.a.	92,30% do CDI	Setembro de 2018
3ª Emissão de debênture – 3ª Série	Banco Santander	BRL	IPCA + 5,57% a.a.	94,95% do CDI	Setembro de 2020
5ª emissão de debêntures – Série Única	Bancos diversos	BRL	IPCA + 5,868% a.a.	99,70% do CDI	Dezembro de 2023

iv. Parâmetro Utilizado para o Gerenciamento desses Riscos

As operações financeiras realizadas, incluindo as operações de derivativos, devem ser as melhores alternativas possíveis tanto financeira quanto economicamente e nunca deverão ser feitas com o objetivo de especulação, isto é, deve sempre existir uma exposição que justifique a contratação da operação. O gerenciamento dos riscos acima identificados é, portanto, preponderantemente defensivo, visando à redução do risco e não à especulação. O uso de derivativos para a redução de riscos é permitido, desde que em condições aceitáveis, de acordo com a Política de Tesouraria.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia sempre avalia as alternativas de captação existentes a fim de aproveitar as melhores oportunidades em termos de custos e demais condições. A Companhia busca também evitar concentrações de vencimentos em um mesmo período, tendo em vista a possibilidade de falta de oferta de linhas disponíveis no mercado financeiro. A Companhia acompanha constantemente o cumprimento de obrigações assumidas em instrumentos contratuais, principalmente em determinados “*financial covenants*”.

Quanto aos riscos de crédito, a Companhia avalia trimestralmente e aprova anualmente as contrapartes com as quais negocia operações de alocação do caixa, investimentos financeiros e operações de derivativos, atribuindo preventivamente para cada instituição financeira um limite máximo de exposição.

Análise de sensibilidade relativa a flutuações na taxa de câmbio

A Companhia, conforme determinado na Instrução da Instrução Normativa CVM nº 475, efetua uma análise de sensibilidade identificando os principais fatores de riscos que podem gerar variações nos seus instrumentos financeiros: empréstimos, financiamentos e derivativos. As análises de sensibilidade são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos a eventos futuros.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados nas demonstrações financeiras referentes, devido à subjetividade inerente ao processo de preparação destas análises. A tabela abaixo apresenta as variações que podem gerar impactos nos resultados e/ou fluxos de caixa futuros da Companhia:

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros indexados à taxa de juros variáveis (CDI) foram mantidos com base nas curvas na apuração de 31 de dezembro de 2018.

Os efeitos aqui demonstrados referem-se às variações no resultado para os próximos 12 meses.

Cenário I (provável) - projeção dos níveis de câmbio para 31 de dezembro de 2019 elaborada por consultoria especializada.

Cenário -25% e -50% - valorização do Real perante o Dólar em 25% e 50% em cada um dos fatores de risco em relação ao cenário provável.

Cenário 25% e 50% - desvalorização do Real perante o Dólar em 25% e 50% em cada um dos fatores de risco em relação ao cenário provável.

		Análise de sensibilidade das taxas de câmbio (R\$/US\$)				
		Cenários				
		Provável	-25%	-50%	25%	50%
Em 31 de dezembro de 2018		3,87	2,81	1,87	4,69	5,62
		Cenários				
Exposição de taxa de câmbio	Fator de risco	Provável	-25%	-50%	25%	50%
Derivativos de taxa de juros e câmbio (*)	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	(21.955)	(164.928)	(329.856)	164.928	329.856
Empréstimos e financiamentos	Aumento na taxa de câmbio R\$/US\$	21.955	164.928	329.856	(164.928)	(329.856)
Impactos no resultado do período			-	-	-	-

(*) Para efeito de análise de sensibilidade só é considerado o câmbio.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**Análise de sensibilidade relativa a flutuações na taxa de juros**

A análise de sensibilidade sobre as taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração pelo CDI das aplicações financeiras com aumento e redução de 25% e 50% está apresentada a seguir: os índices de CDI e TJLP considerados 11,48% e 7,50%, respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

Exposição taxa de juros	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Caixas e equivalentes de caixa	46.100	11.525	23.050	(11.525)	(23.050)
Títulos e valores mobiliários	86.041	21.510	43.021	(21.510)	(43.021)
Derivativos de taxa de juros	(400)	(66.730)	(129.241)	85.838	179.130
Empréstimos, financiamentos e debêntures	<u>(169.115)</u>	<u>(35.629)</u>	<u>(71.258)</u>	<u>35.629</u>	<u>71.258</u>
Impactos no resultado do período	(37.374)	(69.324)	(134.428)	88.432	184.317

v. Operação com Instrumentos Financeiros com Objetivos Diversos de Proteção Patrimonial (hedge) e quais são esses Objetivos

Não aplicável, pois de acordo com a Política de Tesouraria, os instrumentos financeiros devem ser usados sempre para fins de proteção de riscos previamente detectados ou existentes, e nunca como especulação ou fonte de renda, não havendo, portanto, previsão para uso de instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge).

vi. Estrutura Organizacional de Controle de Gerenciamento de Riscos

O gerenciamento de riscos de mercado é liderado pelo Diretor de Finanças e de Relações com Investidores (CFO). A Diretoria Financeira da Companhia identifica, avalia e aplica política de proteção contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

A área de Controles Internos responsável pela gestão de riscos tem como principais atribuições mapear e avaliar, em conjunto com os gestores dos processos, os controles internos necessários para mitigar os riscos operacionais, financeiros e estratégicos inerentes a operação da Companhia, bem como assegurar a aderência às leis, regulamentações, políticas e procedimentos internos através de sua estrutura de controles internos existente. Adicionalmente, tem como responsabilidade reportar o resultado desta avaliação à alta administração e acompanhar os planos de ação elaborados para remediar deficiências identificadas nos processos.

O gerenciamento de riscos associados das operações financeiras é feito através da aplicação da Política de Tesouraria e pelas estratégias definidas pelos administradores da Companhia. Este conjunto de regras estabelece diretrizes para o gerenciamento dos riscos, sua mensuração e consequente mitigação dos riscos de mercado, previsão de fluxo de caixa e estabelecimento de limites de exposição.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

O gerenciamento dos riscos corporativos é monitorado através de uma comissão multidisciplinar que se reporta diretamente à Diretoria da Companhia. Esta comissão discute constantemente mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar nossas atividades.

A Companhia conta ainda com a atuação de auditoria interna, subordinada hierarquicamente à Presidência e ao Conselho de Administração ("Auditoria Interna"). A Auditoria Interna é responsável pelo monitoramento dos controles internos, por meio da realização de testes independentes reportando o seu resultado à alta administração da Companhia e ao Comitê de Auditoria.

(c) Adequação da Estrutura Operacional e Controles Internos para Verificação da Efetividade da Política Adotada

As áreas da Companhia que estão expostas aos riscos de mercado monitoram constantemente os seus riscos, conforme mencionado anteriormente, em conjunto com a área de Controles Internos e Auditoria Interna, sempre reportando as ações à Diretoria e ao Conselho de Administração através de reuniões periódicas.

A Companhia acredita que sua estrutura operacional e de controles internos são adequados para a verificação da efetividade da prática de gerenciamento de riscos, uma vez que seus controles são condizentes com os respectivos controles internos relacionados ao gerenciamento de riscos adotados por companhias de porte semelhante ao da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(a) Práticas da organização relativas ao seu sistema de controles internos.

A Companhia possui em sua estrutura organizacional uma área de Auditoria, Controles Internos, Gestão de Riscos e Compliance que, dentre outras responsabilidades, é responsável pelo estabelecimento, manutenção e avaliação da eficácia de controles relacionados ao processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras.

Os controles referentes à preparação e divulgação das demonstrações financeiras são executados sob a supervisão dos Diretores e sob a responsabilidade do Diretor Financeiro, para fornecer segurança razoável quanto à confiabilidade do processo de preparação e divulgação dos relatórios e demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB.

A Administração avaliou a eficácia dos controles internos da Companhia referente ao processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras correspondentes ao período findo em 31 de dezembro de 2018, assim como para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, com base nesta avaliação, concluiu que os controles são eficazes.

(b) Estrutura de gerenciamento de controles internos.

Para gerenciamento dos controles internos de forma independente, a Companhia possui uma área de Auditoria, Controles Internos, Gestão de Riscos e Compliance, que está subordinada ao Comitê de Auditoria e ao Presidente do Conselho de Administração, tendo a responsabilidade de: (a) implantar e gerir o Canal de Ética e investigações de fraudes; (b) criar e executar Plano de Auditoria Interna com foco em controles internos adequação às Leis e Políticas Internas; (c) realizar acompanhamento dos planos de ação dos relatórios de Auditoria Interna; (d) identificar economias e redução de custos; (e) criar controles e realizar testes para garantir a adequação à SOX, Lei Anticorrupção e FCPA; (f) revisar e publicar as Políticas e Procedimentos; (g) disseminar a cultura de Controles Internos; (h) atuar como mentores de controles e auxiliar na implantação/correção de processos; (i) controle e aprovação de perfis de acesso SAP-GRC (j) mapear os riscos inerentes ao negócio; (k) auxiliar na implantação de planos de ação e (l) reportar tempestivamente a administração os resultados da gestão de riscos.

(c) Supervisão do grau de eficiência dos controles internos.

O resultado de todos os trabalhos do plano de auditoria interna previstos no exercício é reportado por meio de relatório ao Comitê de Auditoria, ao Presidente do Conselho de Administração e a Diretores e Gerentes envolvidos. Todas as deficiências possuem plano de ação, responsável e data de implantação, que são acompanhadas em bases mensais pela Auditoria Interna. Adicionalmente, qualquer exceção observada nas atividades que

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

possam impactar as demonstrações financeiras é reportada tempestivamente para adoção das ações corretivas, em linha com as regras da Lei Sarbanes-Oxley ("SOX").

(d) Deficiências e recomendações indicadas pelo auditor independente.

Os diretores da Companhia informam que a KPMG Auditores Independentes não identificou durante a execução de seus trabalhos de auditoria nas demonstrações financeiras, deficiências materiais sobre os controles internos da Companhia, que pudessem afetar o seu parecer sobre o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. O mesmo resultado foi obtido pela KPMG Auditores Independentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

As avaliações conduzidas pela área de Auditoria Interna também não identificaram deficiências materiais sobre os controles internos da Companhia no período supracitado.

Com base nessas cartas de controles internos, os Diretores da Companhia não têm conhecimento de aspectos que pudessem afetar de maneira significativa à adequação de suas demonstrações financeiras.

(e) Medidas adotadas para correção das deficiências reportadas.

Conforme mencionado na seção anterior, a KPMG Auditores Independentes não identificou deficiências materiais sobre os controles internos da Companhia que pudessem afetar o parecer sobre as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

A. Regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

- (i) Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

A Companhia busca adotar os melhores procedimentos e práticas, de forma a obedecer à legislação e regulamentação aplicáveis, assim como às regras impostas no Código de Conduta e nas políticas da Comgás, relacionadas à prevenção, detecção, e mitigação de desvios, fraudes, irregularidades e ilícitos, especialmente contra a Administração Pública.

Os documentos corporativos que reúnem as principais normas e os procedimentos afeitos ao tema são: (i) o Código de Conduta; (ii) a Política Anticorrupção; e (iii) a Política de Relacionamento com Órgãos Públicos, aplicáveis à Companhia, e com as seguintes características e objetivos:

Código de Conduta: O Código de Conduta da Comgás orienta todos os empregados para o que a organização espera deles nas diferentes situações enfrentadas no trabalho ou fora dele, visando uma atuação correta, responsável e íntegra.

Política Anticorrupção: Orientar os profissionais Comgás para lidar com situações que envolvam ou possam envolver corrupção, instruí-los a adotarem comportamentos preventivos com o intuito de preservar sua integridade e a imagem da Empresa, de forma geral e, em particular, orientar quanto aos procedimentos que devem ser seguidos para atendimento à lei norte-americana Foreign Corrupt Practices Act (“Lei Anticorrupção”).

Política de Relacionamento com Órgãos Públicos: Orientar a companhia, seus empregados e contratados sobre recepção de autoridades públicas dentro e fora das dependências da companhia. Este Padrão estabelece as diretrizes para relacionamento com os órgãos públicos.

Não há um procedimento formal ou periodicidade pré-definida para a revisão dos procedimentos da Companhia ou do Código de Conduta e das Políticas em si. Não obstante, as Políticas são revisadas quando há efetiva necessidade, diante de adoção de novas medidas ou complementação das já existentes.

Os riscos de integridade são avaliados, no máximo, anualmente, ou quando há efetiva necessidade de revisão em periodicidade menor.

- (ii) As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos da Companhia a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes.**

A estrutura é composta por Comitês (Comitês de Ética e Comitê de Auditoria) com um sistema de *report* sequenciado, que tem como objetivo dar maior visibilidade aos Conselhos de Administração das companhias do Grupo, acerca dos relatos de alta criticidade, que versem sobre supostas infrações éticas e ou atos de corrupção, fraudes e desvios.

Para auxiliar os reportes, a Companhia utiliza áreas de Controles Internos e (ii) Auditoria Interna, que têm as funções abaixo definidas:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Controles Internos:

- Elaborar, revisar e divulgar limites de autoridade, políticas e procedimentos;
- Garantir acessos adequados aos sistemas corporativos e alçadas de aprovação;
- Desenhar e implantar os controles necessários para adequada mitigação dos riscos dos negócios;
- Realizar testes periódicos de controles para garantir a sua efetividade frente aos riscos mapeados;
- Prover informações e treinamentos de controles internos necessários para disseminação da cultura de governança.

Auditoria Interna:

- Realizar avaliação geral de riscos e elaborar Plano Anual de Auditoria com base na criticidade dos processos;
- Avaliar a performance dos processos e controles internos por meio da execução do Plano Anual de Auditoria;
- Realizar follow-up das recomendações de auditoria para assegurar a implantação e aprimoramento do ambiente de controles;
- Conduzir o processo de avaliação interna e acompanhar a avaliação da auditoria externa dos controles SOX;
- Realizar gestão e investigação dos relatos recebidos no Canal de Ética para apuração dos fatos e adoção das tratativas necessárias;
- Reportar ao Comitê de Auditoria os resultados dos trabalhos e assuntos relevantes do período.

(iii) Se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

Se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O Código de Conduta da Comgás, que reúne os valores empresariais, práticas, procedimentos, princípios-chave e normas de conduta relacionadas a decisões éticas, é aplicável a conselheiros, diretores, funcionários (próprios, terceirizados, estagiários ou temporários, independentemente de cargo ou posição), clientes, fornecedores, acionistas e parceiros da Comgás. Dessa forma, todos os empregados e colaboradores da Comgás, independentemente de hierarquia, são responsáveis por criar e incentivar a cultura de realização de negócios pautados na ética.

Se com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

A Comgás não tem um cronograma periódico de treinamento a respeito do seu Código de Conduta, para os Diretores, Conselheiros Fiscais, Conselheiros de Administração e empregados das sociedades do grupo, mas mantém equipe competente e disponível para esclarecimentos de quaisquer dúvidas e questões a ele relacionadas que venham a surgir.

As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

O não cumprimento do Código de Ética ou das Políticas poderá sujeitar o infrator à aplicação de sanções cabíveis, determinadas de acordo com a gravidade da conduta praticada pelo empregado. As sanções previstas são: (i) advertência verbal ou escrita; (ii) suspensão de 01 a 30 dias (a depender da gravidade) e (iii) desligamento. Cabe a Comissão de Disciplina, fórum composto pelo RH, Jurídico e gestor do empregado responsável pela violação, analisar a situação e a equivalência da falta realizada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso da Companhia divulgar o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Conduta foi aprovado inicialmente pelo Diretor Presidente da Cosan em 2013, tendo sido estendido para a Comgás a partir deste ano. A versão atualizada do Código de Conduta foi aprovada pelo Conselho de Administração em fevereiro de 2019. O Código de Conduta é acessado pelos empregados no momento da contratação, na integração e está disponível integralmente para consulta de todos na intranet.

B. Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O Canal de Ética, como é denominado no Grupo Cosan e estendido à Comgás, é gerenciado por um terceiro contratado com a finalidade de garantir a idoneidade de todo o processo pelo qual é responsável. O Canal de Ética é utilizado para denúncias, relatos e comunicações de questões relacionadas aos assuntos mencionados nas Políticas e Código de Conduta.

Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O Canal de Ética pode ser acessado tanto por funcionários quanto por terceiros, tendo suas formas de acesso previstas no item 1.4 do Código de Conduta, documento disponibilizado a empregados e terceiros. Além disso, o Canal de Ética é amplamente divulgado na intranet.

O acesso pode ser realizado por *call center* (0800 725 0039) ou por meio de site disponibilizado exclusivamente para esse fim (<http://www.canaldeetica.com.br/comgas>).

Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

Exceto se por força de lei ou solicitação judicial, a Companhia garante, aos denunciantes de boa-fé, o sigilo das informações e/ou denúncias. A empresa contratada para recebimento das denúncias, utiliza sistemas e procedimentos de controles que asseguram o sigilo e a confidencialidade da denúncia.

Conforme expressamente instituído em seu Código de Conduta, a Companhia não tolera nenhum tipo de retaliação contra qualquer pessoa, interna ou externa, que comunique de boa-fé uma violação ou suspeita de violação de qualquer norma jurídica ou do Código de Conduta.

Órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

O órgão responsável pela apuração e investigação de denúncias é o Comitê de Ética, com o suporte da Auditoria Interna.

C. Informar se a Companhia adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Não aplicável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- D. Caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido**

Não aplicável, considerando que, como descrito acima, a Companhia possui regras, procedimentos ou práticas voltadas para preservação, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a Administração Pública.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Não houve, em relação ao último exercício social, alterações significativas nos principais riscos aos quais a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos por ela adotada

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Não há outras informações relevantes com relação a este item.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Todos os valores a seguir estão expressos em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma.

A. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia é a maior distribuidora de gás natural canalizado do Brasil de acordo com a Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado - ABEGAS.

Em 31 de dezembro de 2018, sua carteira era composta por 1.905.455 clientes dos segmentos residencial, comercial, industrial, além de usinas termoeletricas, plantas de cogeração e postos de gás natural veicular (GNV) (1.791.226 em 31 de dezembro de 2017 e 1.685.261 em 31 de dezembro de 2016), crescimento de 6,4% quando comparado ao ano de 2017.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o volume de venda da Companhia totalizou 4.543.298 de metros cúbicos (4.292.873 de metros cúbicos no mesmo exercício de 2017 e 4.323.010 em 31 de dezembro de 2016), por meio de uma rede de distribuição de mais de 15 mil quilômetros, apresentado crescimento de 5,83% quando comparado ao ano de 2017. Sua receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 6.840.011 (5.537.857 em 31 de dezembro de 2017 e 5.657.246 em 31 de dezembro de 2016), apresentando crescimento de 23,51% quando comparado ao ano de 2017.

O volume total de gás distribuído sem termoeletricas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, obteve um acréscimo de 5,9% quando comparado ao mesmo exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, passando de 4.291.341 para 4.543.298 de metros cúbicos. Quando comparamos o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 com o mesmo período do ano de 2016, obtivemos um acréscimo de 4,2%, passando de 4.118.852 para 4.291.341 de metros cúbicos.

A Companhia está sujeita às regras da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP, com a qual mantém contrato de concessão desde maio de 1999, época de sua privatização. O acordo tem duração até 2029, podendo ser prorrogado por mais 20 (vinte) anos e refere-se à distribuição de gás natural para as Regiões Metropolitana de São Paulo e Campinas, além da Baixada Santista e do Vale do Paraíba – área que abriga 177 municípios, responsáveis por 26% do Produto Interno Bruto (PIB) do País, de acordo com o IBGE. A Companhia vem expandindo a sua rede de distribuição desde a privatização e atualmente está presente em 88 cidades. Com o contínuo crescimento de sua rede de distribuição de gás, novas cidades da área de concessão serão atendidas no futuro.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía patrimônio líquido de R\$ 2.721.324, representando um acréscimo de 34,91% em relação aquele apresentado em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 2.017.083). O lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 1.339.433 e o EBITDA IFRS de R\$ 2.185.708 (R\$ 2.654.251 EBITDA normalizado), enquanto que o lucro líquido no exercício social do ano anterior totalizou R\$ 640.121 e o EBITDA foi de R\$ 1.517.924 (R\$ 1.737.158 EBITDA normalizado).

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía patrimônio líquido de R\$ 2.017.083, representando um decréscimo de 22,14% em relação aquele apresentado em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 2.590.749). O lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 640.121 e o EBITDA de R\$ 1.517.924 (R\$ 1.737.158 EBITDA normalizado), enquanto que o lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 901.099 e o EBITDA foi de R\$ 1.964.726 (R\$ 1.464.532 EBITDA normalizado).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava endividamento líquido (empréstimos, financiamentos e debêntures (-) resultado de derivativos (-) caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) de R\$ 1.555.276, valor esse que representava 0,57 vezes o patrimônio líquido, 0,71 vezes o EBITDA IFRS e 0,59 vezes o EBITDA normalizado.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentava endividamento líquido (empréstimos, financiamentos e debêntures (-) resultado de derivativos (-) caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) de R\$ 1.516.963, valor esse que representava 0,75 vezes o patrimônio líquido, 1,00 vezes o EBITDA IFRS e 1,00 vezes o EBITDA normalizado.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava endividamento líquido (empréstimos, financiamentos e debêntures (-) resultado de derivativos (-) caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) de R\$ 1.322.117, valor esse que representava 0,51 vezes o patrimônio líquido, 0,67 vezes o EBITDA IFRS e 1,19 vezes o EBITDA normalizado do exercício, patamares que os Diretores da Companhia consideram confortáveis e que refletem a robustez patrimonial e financeira da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava índice de liquidez corrente de 1,69, enquanto em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, este índice era de 1,06 e 1,52, respectivamente.

B. Estrutura de capital

O setor de distribuição de gás canalizado requer uso intensivo de capital. A Companhia realiza frequentemente captações por meio do mercado financeiro e de capitais para financiar suas estratégias de crescimento e a condução de suas operações.

Os Diretores da Companhia informam que, em 31 de dezembro de 2018, a estrutura de capital da Companhia era composta por 45,33% de capital próprio e 54,67% de capital de terceiros, já em 31 de dezembro de 2017, a estrutura de capital da Companhia era composta por 34,95% de capital próprio e 65,05% de capital de terceiros.

	31/12/2018	31/12/2017
Capital social	1.650.032	1.481.204
Reserva de capital	60.032	227.161
Reservas de reavaliação	5.761	5.838
Ajuste de avaliação patrimonial	(161.597)	(129.297)
Reservas de lucros	1.167.096	432.177
Patrimônio líquido	2.721.324	2.017.083
Capital de terceiros (*)	3.282.617	3.754.027
Passivo circulante	1.915.210	3.126.675
Passivo não circulante	3.724.043	3.522.807
Total do Passivo	5.639.253	6.649.482
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	1.727.341	2.237.065
Passivo líquido total (**)	3.911.912	4.412.417
Total do passivo e patrimônio líquido	8.360.577	8.666.565

(*) Capital de terceiros = Instrumentos financeiros derivativos + Empréstimos, financiamentos e debêntures.

(**) Passivo líquido Total = Total do passivo – caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os Diretores da Companhia informam que, em 31 de dezembro de 2017, a estrutura de capital da Companhia era composta por 34,95% de capital próprio e 65,05% de capital de terceiros, já em 31 de dezembro de 2016, a estrutura de capital da Companhia era composta por 41,63% de capital próprio e 58,37% de capital de terceiros.

	31/12/2017	31/12/2016
Capital social	1.481.204	1.312.376
Reserva de capital	227.161	395.133
Reservas de reavaliação	5.838	6.052
Ajuste de avaliação patrimonial	(129.297)	(113.712)
Resultado no período	432.177	990.900
Patrimônio líquido	2.017.083	2.590.749
Capital de terceiros (*)	3.754.027	3.632.937
Passivo circulante	3.126.675	1.985.145
Passivo não circulante	3.522.807	4.092.898
Total do Passivo	6.649.482	6.078.043
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	2.237.065	2.310.821
Passivo líquido total (**)	4.412.417	3.767.222
Total do passivo e patrimônio líquido	8.666.565	8.668.792

(*) Capital de terceiros = Instrumentos financeiros derivativos + Empréstimos, financiamentos e debêntures.

(**) Passivo líquido Total = Total do passivo – caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

Os Diretores entendem que a Companhia possui estrutura de capital adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo.

Os Diretores informam que o estatuto social da Companhia não vislumbra a possibilidade de resgate das ações preferenciais classe “A” e das ações ordinárias, além das previstas na Lei das Sociedades por Ações.

C. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores da Companhia informam que, considerando o perfil de endividamento da Companhia, composto por dívidas bancárias e financiamentos, o fluxo de caixa e as respectivas posições de liquidez da Companhia, a Companhia tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora os Diretores não possam garantir que tal situação permanecerá igual.

Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar os investimentos de ampliação da rede e aquisições, os Diretores acreditam que a Companhia possui capacidade financeira para honrá-los.

Historicamente, a Companhia vem obtendo fluxos de caixa positivos resultante do exercício de suas atividades operacionais. O fluxo de caixa líquido de suas atividades operacionais atingiu os montantes de R\$ 1.573.171; R\$ 1.637.103 e R\$ 2.087.724 nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 respectivamente.

D. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Os Diretores da Companhia informam que a estratégia de financiamento de seus investimentos se baseia em linhas de longo prazo, captando empréstimos e financiamentos a custos competitivos, principalmente por meio do mercado de capitais, por meio de emissão de títulos de dívida, e financiamentos com bancos comerciais e

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

agências de fomento. Os financiamentos têm como objetivo fazer frente aos investimentos da expansão e manutenção da Companhia.

Para maiores informações vide item 10(f).(i)., abaixo.

E. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os Diretores da Companhia informam que as captações realizadas nos anos de 2018, 2017 e 2016 não tiveram como objetivo a cobertura de deficiências de liquidez.

F. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Os Diretores da Companhia informam que, em 31 de dezembro de 2018, o montante total de dívida não incluindo os derivativos da Companhia, de qualquer natureza, somava R\$ 3.651.545, enquanto em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, somavam respectivamente, R\$ 4.212.504 e R\$ 4.070.075. A tabela abaixo descreve a evolução do endividamento total em aberto da Companhia nas datas em referência:

Dívidas (R\$ mil)	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Curto Prazo	679.735	1.264.351	483.841
Moeda Estrangeira	192.396	575.219	109.224
Moeda Nacional	487.339	689.132	374.617
Longo Prazo	2.971.810	2.948.153	3.586.234
Moeda Estrangeira	489.270	326.509	911.042
Moeda Nacional	2.482.540	2.621.644	2.675.192
Total Geral	3.651.545	4.212.504	4.070.075

A tabela abaixo demonstra os prazos de amortização dos principais empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia de 2016 a 2023 em diante:

Período findo em 31/12/2018 (R\$ mil)	Até dez/19	Até dez/20	Até dez/21	Até dez/22	Até dez/23	Dez/23 em diante	Total
BNDES	295.045	250.499	38.182	38.182	19.091	-	641.000
EIB	181.900	146.527	61.067	-	-	-	389.494
Debêntures	192.294	135.737	343.627	172.516	759.104	725.601	2.328.879
4131	10.496	10.091	9.679	9.443	252.464	-	291.172
Dívida Total Consolidada	679.735	542.854	452.555	220.142	1.030.659	725.601	3.651.545
	19%	15%	12%	6%	28%	20%	100%
Período findo em 31/12/2017 (R\$ mil)	Até dez/18	Até dez/19	Até dez/20	Até dez/21	Até dez/22	Dez/22 em diante	Total
BNDES	271.270	283.276	241.829	34.596	34.596	28.830	894.396
EIB	159.457	153.195	121.185	52.129	-	-	485.966

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Debêntures	417.862	177.953	420.461	165.912	163.951	1.070.240	2.416.380
4131	415.762	-	-	-	-	-	415.762
	1.264.351	614.424	783.475	252.637	198.547	1.099.070	4.212.504
Dívida Total Consolidada	30%	15%	19%	6%	5%	25%	100%

Período findo em 31/12/2016 (R\$ mil)	Até dez/17	Até dez/18	Até dez/19	Até dez/20	Até dez/21	Dez/21 em diante	Total
BNDES	303.174	244.821	263.374	223.375	23.701	43.452	1.101.896
EIB	97.923	152.361	145.299	140.038	77.340	-	612.961
Debêntures	71.443	370.492	126.234	83.500	284.302	1.011.941	1.947.912
4131	11.301	396.005	-	-	-	-	407.306
	483.841	1.163.679	534.907	446.912	385.343	1.055.393	4.070.075
Dívida Total Consolidada	12%	29%	13%	11%	9%	26%	100%

FINANCIAMENTOS RELEVANTES

Apresentamos a seguir uma breve descrição dos contratos relevantes celebrados entre a Companhia e seus principais credores para os três últimos exercícios sociais, findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES:

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia era parte em dois contratos relevantes de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Estes contratos estão garantidos por fianças bancárias de bancos de primeira linha.

Em 02 de outubro de 2012, a Companhia celebrou contrato de financiamento junto ao BNDES no valor de R\$1,1 bilhão (Projeto VI), lastreados por recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, recursos do FAT – Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP, para suportar parte do plano de investimentos dos anos de 2012 a 2014. O valor total do financiamento é dividido em cinco subcréditos.

Em 04 de setembro de 2015, a Companhia celebrou contrato de financiamento junto ao BNDES no valor de R\$ 370,6 milhões (Projeto VII), lastreados por recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, recursos do FAT – Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP, para suportar parte do plano de investimento dos anos de 2015 a 2017. O valor total do financiamento é dividido em quatro subcréditos. Até 31 de dezembro de 2017, o BNDES havia desembolsado R\$ 176 milhões para a Companhia, valores referentes a esse contrato. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo pendente foi encerrado e não há mais créditos referentes a esta operação.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Abaixo resumo das principais condições destes contratos:

	Data de Contratação	Custo	Data de Vencimento	Pagamento de principal	Pagamento de juros
Projeto VI – Subcréditos A e B	Out/12	TJLP + 2,8%	Out/20	Mensal	Mensal
Projeto VI – Subcréditos A1 e B1	Out/12	Selic + 1,8%	Out/20	Mensal	Mensal
Projeto VI – Subcrédito C	Out/12	TJLP	Out/20	Mensal	Mensal
Projeto VII – Subcréditos A e B	Set/15	TJLP + 2%	Jun/23	Mensal ¹	Mensal ²
Projeto VII – Subcrédito C	Set/15	Selic + 1,96%	Jun/23	Mensal ¹	Mensal ²

¹ Período de carência para pagamento de principal: até junho de 2018

² Pagamento trimestral de juros até junho de 2018; a partir desta data, os pagamentos serão mensais

- BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTOS (EIB)

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia era parte em 2 contratos de financiamento junto ao Banco Europeu de Investimento (EIB) descritos abaixo, divididos em 4 liberações, cuja estrutura de garantia se dá por fianças bancárias de bancos de primeira linha. Estes contratos têm por objetivo financiar a construção de redes de baixa pressão para a conexão de novos clientes, principalmente residenciais e comerciais. O projeto também incluirá a reabilitação da rede, reduzindo a perda de gás, tais como reposição e reforço de rede, conexão, medidores e tubulações.

Abaixo resumo das principais condições destes contratos:

	Data de Contratação	Custo	Data de Vencimento	Pagamento de principal	Pagamento de juros
EIB – 1ª liberação	Jun/10	USD + 3,881%	Jun/20	Semestral	Semestral
EIB – 2ª liberação	Set/10	USD + 2,936%	Set/20	Semestral	Semestral
EIB – 3ª liberação	Mai/11	USD + Libor 6M + 0,483%	Mai/21	Semestral	Semestral
EIB – 4ª liberação	Set/11	USD + Libor 6M + 0,549%	Set/21	Semestral	Semestral

- DEBÊNTURES

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía emissões de debêntures com a destinação de recursos, em sua maioria (com exceção da 1ª série da 3ª emissão e a 7ª emissão), para financiamento do plano de expansão e do plano de suporte, e inclui investimentos em projetos de tecnologia da informação de forma a dar o suporte ao plano de expansão e ao plano de suporte. Os projetos de investimento contemplam a construção de novas redes de distribuição de gás natural, além de investimentos para a no âmbito do plano de suporte da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Abaixo resumo das emissões de debêntures da Companhia:

	Data de Emissão	Quantidade	Custo	Data de Vencimento	Pagamento de principal	Pagamento de juros
3ª emissão – 1ª série	Set/13	128.197	CDI + 0,90%	Set/19	3 parcelas	Semestral
3ª emissão – 2ª série	Set/13	269.338	IPCA + 5,10%	Set/18	No vencimento	Anual
3ª emissão – 3ª série	Set/13	142.465	IPCA + 5,57%	Set/20	2 parcelas	Anual
4ª emissão – 1ª série	Dez/15	269.620	IPCA + 7,14%	Dez/20	No vencimento	Anual
4ª emissão – 2ª série	Dez/15	242.374	IPCA + 7,48%	Dez/22	2 parcelas	Anual
4ª emissão – 3ª série	Dez/15	79.900	IPCA + 7,36%	Dez/25	3 parcelas	Anual
5ª emissão – série única	Dez/16	675.000	IPCA + 5,87%	Dez/23	No vencimento	Anual
6ª emissão – série única	Out/17	400.000	IPCA + 4,33%	Out/24	No vencimento	Anual
7ª emissão – série única	Mai/18	215.000	IGPM + 6,10%	Mai/28	3 Parcelas	Anual

- CAPITAL DE GIRO – LEI Nº 4.131

Com o objetivo de financiamento do capital de giro, a Companhia celebrou contrato de financiamento com o banco The Bank of Nova Scotia. Estes contratos não contam com qualquer estrutura de garantias.

Abaixo resumo das principais condições destes contratos:

	Data de Contratação	Custo	Data de Vencimento	Pagamento de principal	Pagamento de juros
4131 – Scotia	Mai/18	USD + 3,67%	Mai/23	No vencimento	Semestral

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os Diretores da Companhia informam que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 a Companhia não possuía quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas no Formulário de Referência e nas demonstrações financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Os Diretores informam que não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas quirográficas da Companhia. Contudo, os Diretores esclarecem que, atualmente, o BNDES e o EIB podem ser considerados credores mais favorecidos, uma vez que seus contratos contam com estrutura de garantias específicas, por meio de fianças bancárias.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

iv. Eventuais restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições

Os Diretores da Companhia informam que seis contratos financeiros apresentam cláusulas que determinam a observância dos seguintes e determinados índices financeiros (covenants) mínimos:

- A razão entre a Dívida Líquida (incluindo o resultado de derivativos) e o EBITDA dos últimos 12 meses;
- A razão entre o Endividamento de Curto Prazo e o Endividamento Total dos últimos 12 meses (incluindo o resultado de derivativos); conforme descritos abaixo:

Os covenants por contrato, bem como os resultados dos últimos três exercícios sociais, estão apresentados na tabela abaixo:

	Dívida líquida / EBITDA	Dívida de curto prazo / Dívida total
Dívida		
4131 – Scotia	≤4,00	-
3ª emissão de debêntures	≤4,00	≤0,60
4ª emissão de debêntures	≤4,00	≤0,60
5ª emissão de debêntures	≤4,00	-
6ª emissão de debêntures	≤4,00	-
7ª emissão de debêntures	≤4,00	-
Resultado		
2016	0,67	0,13
2017	1,00	0,28
2018	0,71	0,17

A Companhia está adimplente com todos os covenants financeiros dos últimos três exercícios sociais.

G. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Os Diretores da Companhia informam que, em 31 de dezembro de 2018, havia um total de R\$ 3.651.545 em linhas de financiamento contratadas e desembolsadas com bancos (inclusive BNDES e EIB), tanto no curto como no longo prazo, enquanto em 31 de dezembro de 2017 e 2016 havia um total de R\$ 4.212.504 e R\$ 4.070.075, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2018, não havia valores de contratos assinados que ainda não tinha sido desembolsados ou cancelados pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2017, havia valores de contratos assinados que ainda não tinham sido desembolsados pela Companhia, que era de R\$ 194 milhões, 5% do total das linhas de financiamento contratadas. Em 31 de dezembro de 2016, havia valores de contratos assinados que ainda não tinham sido desembolsados pela Companhia, que era de R\$ 256 milhões, 6% do total das linhas de financiamento contratadas. Nestes volumes não estão incluídos os valores disponíveis em linhas de crédito que a Companhia dispõe junto aos bancos com os quais mantém relacionamento, pois estes dados não são controlados da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**H. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

Os Diretores informam que o resumo das demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 foi extraído das demonstrações financeiras preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) - nos Pronunciamentos e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) - nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* – (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS**Comparação dos resultados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.**

	31/12/2018	AV %	31/12/2017	AV %	AH %
Receita bruta na venda de gás e serviços	8.695.208	100,00	7.097.156	100,00	22,52
Receita líquida na venda de gás e serviços	6.840.011	100,00	5.537.857	100,00	23,51
Vendas de gás	6.363.617	100,00	5.118.087	92,42	24,34
Receita de construção	415.753	6,53	351.193	6,34	18,38
Outras receitas	60.641	0,95	68.577	1,24	(11,57)
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(4.901.715)	(77,03)	(3.492.375)	(63,06)	40,35
Custo do gás	(3.767.874)	(59,21)	(2.530.808)	(45,70)	48,88
Custo do transporte e outros	(718.088)	(11,28)	(610.374)	(11,02)	17,65
Custo de construção	(415.753)	(6,53)	(351.193)	(6,34)	18,38
Resultado bruto	1.938.296	30,46	2.045.482	36,94	(5,24)
Despesas operacionais	(95.189)	(1,50)	(902.397)	(16,30)	(89,45)
Despesas de vendas	(146.400)	(2,30)	(153.611)	(2,77)	(4,69)
Despesas gerais e administrativas	(712.398)	(11,19)	(722.363)	(13,04)	(1,38)
Outras receitas(despesas) operacionais, líquidas	763.609	12,00	(26.423)	(0,48)	(2989,94)
Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos	1.843.107	28,96	1.143.085	20,64	61,24
Resultado financeiro líquido	78.773	1,24	(225.540)	(4,07)	(134,93)
Despesas financeiras	(448.034)	(7,04)	(502.880)	(9,08)	(10,91)
Receitas financeiras	482.342	7,58	285.476	5,15	68,96
Variação cambial líquida	(93.810)	(1,47)	(11.501)	(0,21)	715,67
Derivativos	138.275	2,17	3.365	0,06	4009,21
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.921.880	30,20	917.545	16,57	109,46
Imposto de renda e contribuição social	(582.447)	(9,15)	(277.424)	(5,01)	109,95
Resultado líquido do exercício	1.339.433	21,05	640.121	11,56	109,25

Receita líquida na venda de gás e serviços

A Receita líquida na venda de gás e serviços da Companhia passou de R\$ 5.537.857 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 6.840.011 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um acréscimo de 23,51%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente devido as seguintes razões:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A. Venda de gás

As Vendas de gás passaram de R\$ 5.118.087 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 6.363.617 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um acréscimo de 24,34%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, pelo reflexo do aumento dos custos de gás e transporte nas tarifas, bem como maior volume distribuído no período.

B. Receita de construção

A Receita de construção passou de R\$ 351.193, no período encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 415.753 no período encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um acréscimo de 18,38% devido principalmente aos investimentos contínuos na expansão e modernização feitos pela Companhia.

Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

O Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados passou de R\$ 3.492.375, no período encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 4.901.715 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um acréscimo de 40,35%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, pelas seguintes razões:

A. Custo do gás / transporte e outros

O custo do gás, transporte e outros passou de R\$ 3.141.182, no período encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 4.485.962 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um acréscimo de 42,81%. Os Diretores entendem que essas variações ocorreram devido ao incremento do custo unitário do gás em conjunto com o avanço de volume distribuído. O incremento do custo unitário do gás foi devido principalmente à variação do preço do petróleo e do dólar, que são as referências dos contratos de fornecimento de gás.

B. Custo de construção

O Custo da construção da malha de distribuição do gás passou de R\$ 351.193, no período encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 415.753 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um acréscimo de 18,38%, que acompanha o acréscimo na receita de construção, comentado anteriormente.

Resultado bruto

O Resultado bruto da Companhia passou de R\$ 2.045.482, no período encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 1.938.296 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um decréscimo de 5,24%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu devido ao incremento do custo médio unitário do gás, fruto do aumento do preço do petróleo e da variação positiva da taxa do dólar.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Despesas operacionais

As Despesas operacionais da Companhia passaram de R\$ 902.397, no período encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 95.189 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um decréscimo de 89,45%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu especialmente pelas seguintes razões:

A. Despesas de vendas

As Despesas de vendas passaram de R\$ 153.611, no período encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 146.400 no período encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um decréscimo de 4,69%, não apresentando variações relevantes quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

B. Despesas gerais e administrativas

As Despesas gerais e administrativas passaram de R\$ 722.363, no período encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 712.398 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um decréscimo de 1,38%, não apresentando variações relevantes quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

C. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas foi positivamente impactada por efeitos não recorrentes de reconhecimento de créditos tributários no montante de R\$ 76.452 – com efeito nulo no resultado normalizado e encerramento de disputas judiciais no montante de R\$ 726.000.

Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos

O Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos da Companhia passou de R\$ 1.143.085, no período encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 1.843.107 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um acréscimo de 61,24% devido aos motivos citados anteriormente.

Resultado financeiro líquido

O Resultado financeiro líquido passou de uma despesa de R\$ 225.540, no período encerrado em 31 de dezembro de 2017, para uma receita de R\$ 78.773 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um decréscimo de 134,93%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, pelas seguintes razões:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A. Receitas financeiras

As Receitas financeiras passaram de R\$ 288.841 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 620.617 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um acréscimo de 114,86%, principalmente pelo encerramento das disputas judiciais relacionadas ao custo do gás com a Petrobrás, onde registramos a reversão da atualização financeira das provisões a pagar no montante de R\$ 177.423, e reconhecimento da atualização do depósito judicial no montante de R\$ 101.583, além da redução dos indexadores das dívidas.

B. Despesas financeiras

As Despesas financeiras passaram de R\$ 514.381, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 541.844 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um acréscimo de 5,34%, principalmente pela maior dívida líquida compensado pela queda da taxa de juros.

Comparação dos resultados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

	31/12/2017	AV %	31/12/2016	AV %	AH %
Receita bruta na venda de gás e serviços	7.097.156	100,00	7.022.447	100,00	1,06
Receita líquida na venda de gás e serviços	5.537.857	100,00	5.657.246	100,00	(2,11)
Vendas de gás	5.118.087	92,42	5.272.254	93,19	(2,92)
Receita de construção	351.193	6,34	339.025	5,99	3,59
Outras receitas	68.577	1,24	45.967	0,81	49,19
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(3.492.375)	(63,06)	(3.174.134)	(56,11)	10,03
Custo do gás	(2.530.808)	(45,70)	(2.231.897)	(39,45)	13,39
Custo do transporte e outros	(610.374)	(11,02)	(603.212)	(10,66)	1,19
Custo de construção	(351.193)	(6,34)	(339.025)	(5,99)	3,59
Resultado bruto	2.045.482	36,94	2.483.112	43,89	(17,62)
Despesas operacionais	(902.397)	(16,30)	(907.426)	(16,04)	(0,55)
Despesas de vendas	(153.611)	(2,77)	(158.136)	(2,80)	(2,86)
Despesas gerais e administrativas	(722.363)	(13,04)	(722.853)	(12,78)	(0,07)
Outras despesas operacionais	(26.423)	(0,48)	(26.437)	(0,47)	(0,05)
Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos	1.143.085	20,64	1.575.686	27,85	(27,45)
Resultado financeiro líquido	(225.540)	(4,07)	(263.169)	(4,65)	(14,30)
Despesas financeiras	(502.880)	(9,08)	(588.351)	(10,40)	(14,53)
Receitas financeiras	285.476	5,15	322.440	5,70	911,46
Variação cambial líquida	(11.501)	(0,21)	223.943	3,96	(105,14)
Derivativos	3.365	0,06	(221.201)	(3,91)	(101,52)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	917.545	16,57	1.312.517	23,20	(30,09)
Imposto de renda e contribuição social	(277.424)	(5,01)	(411.418)	(7,27)	(32,57)
Resultado líquido do exercício	640.121	11,56	901.099	15,93	(28,96)

Receita líquida na venda de gás e serviços

A Receita líquida na venda de gás e serviços da Companhia passou de R\$ 5.657.246 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 5.537.857 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um decréscimo de 2,11%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente devido as seguintes razões:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A. Vendas de gás

As Vendas de gás passaram de R\$ 5.272.254 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 5.118.087 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um decréscimo de 2,92%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, pelo reflexo das reduções das portarias ARSESP no ano de 2016 com impacto em todo o ano de 2017, parcialmente compensados pela portaria de maio 2017 e maior volume de gás distribuído em 2017.

B. Receita de construção

A Receita de construção passou de R\$ 339.025 no período encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 351.193 no período encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um acréscimo de 3,59%, devido principalmente aos investimentos contínuos na expansão e modernização feitos pela Companhia.

Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

O Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados passou de R\$ 3.174.134, no período encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 3.492.375 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um acréscimo de 10,03%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, pelas seguintes razões:

A. Custo do gás/ transporte e outros

O Custo do gás, transporte e outros passou de R\$ 2.835.109, no período encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 3.141.182 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um acréscimo de 10,80%. Os Diretores entendem que essas variações ocorreram devido ao incremento do custo unitário do gás ocasionado pela variação do preço do petróleo, que é referência dos contratos de fornecimento de gás e pela variação positiva da taxa do dólar em conjunto com o avanço de volume distribuído no ano de 2017.

B. Custo de construção

O Custo de construção da malha de distribuição do gás passou de R\$ 339.025, no período encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 351.193 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um acréscimo de 3,59%, que acompanha o acréscimo na receita de construção, comentado anteriormente.

Resultado bruto

O Resultado bruto da Companhia passou de R\$ 2.483.112, no período encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 2.045.482 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um decréscimo de 17,62%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu devido ao incremento do custo médio unitário do gás, fruto do aumento do preço do petróleo e da variação positiva da taxa do dólar.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Despesas operacionais

As Despesas operacionais da Companhia passaram de R\$ 907.426, no período encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 902.397 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um decréscimo de 0,55%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu especialmente pelas seguintes razões:

A. Despesas de vendas

As Despesas de vendas passaram de R\$ 158.136, no período encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 153.611 no período encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um decréscimo de 2,86%, não apresentando variações relevantes quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

B. Despesas gerais e administrativas

As Despesas gerais e administrativas passaram de R\$ 722.853, no período encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 722.363 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um decréscimo de 0,07%, não apresentando variações relevantes quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

C. Outras despesas operacionais

As outras despesas operacionais passaram de R\$ 26.437, no período encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 26.423 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um decréscimo de 0,05%, não apresentando variações relevantes quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos

O Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos da Companhia passou de R\$ 1.575.686, no período encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 1.143.085 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um decréscimo de 27,45% devido aos motivos citados anteriormente.

Resultado financeiro líquido

O Resultado financeiro líquido passou de R\$ 263.169, no período encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 225.540 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um decréscimo de 14,30%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, pelas seguintes razões:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A. Receitas financeiras

As Receitas financeiras passaram de R\$ 546.383 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 288.841 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um decréscimo de 47,14%, principalmente pela menor apropriação no exercício de 2017 dos juros sobre crédito de imposto de renda e contribuição social, devido a mudança de estimativa para fins fiscais decorrentes da revisão de suas bases de cálculo referente ao exercício de 2014 no montante de R\$ 21.592, sendo que no exercício de 2016, foram apropriados os juros sobre crédito de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 76.640, referente aos exercícios de 2011, 2012 e 2013, aplicando a taxa de vida útil prevista na IN 162/98 para seus ativos pertencentes à rede de distribuição de gás.

B. Despesas financeiras

As Despesas financeiras passaram de R\$ 809.552, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 514.381 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um decréscimo de 36,46%, principalmente pela queda da taxa de juros e menor dívida líquida.

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social

O Resultado antes do imposto de renda e contribuição social passou de R\$ 1.312.517 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 917.545 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um decréscimo de 30,09%, que é reflexo das variações apresentadas anteriormente.

Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de renda e contribuição social passou de R\$ 411.418, no período encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 277.424 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um decréscimo de 32,57%. Este decréscimo reflete as variações apresentadas anteriormente.

Resultado líquido do exercício

O Resultado líquido do exercício obteve um decréscimo de 28,96%, passando de R\$ 901.099 no período encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 640.121 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**BALANÇOS PATRIMONIAIS****Comparação das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017.**

Ativo	31/12/2018	AV %	31/12/2017	AV %	AH %
Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	1.727.341	20,66	2.237.065	25,81	(22,79)
Contas a receber de clientes	674.992	8,07	611.976	7,06	10,30
Instrumentos financeiros derivativos	114.891	1,37	211.088	2,44	(45,57)
Estoques	65.259	0,78	76.548	0,88	(14,75)
Gás pago e não retirado	254.651	3,05	-	-	-
Recebíveis de partes relacionadas	1.158	0,01	1.039	0,01	11,45
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	72.143	0,86	61.393	0,71	17,51
Outros tributos a recuperar	292.204	3,50	77.109	0,89	278,95
Outros ativos	29.876	0,36	25.264	0,29	18,26
Ativo circulante	3.232.515	38,66	3.301.482	38,09	(2,09)
Contas a receber de clientes	20.155	0,24	28.706	0,33	(29,79)
Transporte não utilizado	-	-	291.290	3,36	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	91.152	1,05	-
Outros tributos a recuperar	11.076	0,13	11.098	0,13	(0,20)
Depósitos judiciais	52.885	0,63	53.580	0,62	(1,30)
Instrumentos financeiros derivativos	254.037	3,04	247.388	2,85	2,69
Outros ativos	756	0,01	994	0,01	(23,94)
Intangível	4.789.153	57,28	4.640.875	53,55	3,20
Ativo não circulante	5.128.062	61,34	5.365.083	61,91	(4,42)
Total do ativo	8.360.577	100,00	8.666.565	100,00	(3,53)

Ativo circulante

O Ativo circulante da Companhia passou de R\$ 3.301.482 em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 3.232.515 em 31 de dezembro de 2018, representando um decréscimo de 2,09%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, pela variação das contas de Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos, amenizados pelo crescimento no saldo de contas a receber de clientes e impostos a recuperar, transferência do ativo não circulante do Transporte não utilizado para o ativo circulante na linha de Gás pago e não retirado conforme contrato de gás.

Principais variações:

. A redução na conta Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários está atrelada a amortização de principal sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, sendo amenizada pela geração de caixa no ano.

. A redução na conta de Instrumentos financeiros derivativos está atrelada ao menor saldo de dívida registrado na conta de Empréstimos, financiamentos e debêntures.

. O crescimento nas Contas a receber de clientes é explicado pelos reajustes nas tarifas em maio/18.

. Transferência do saldo da conta Transporte não utilizado do ativo não circulante para Gás pago e não retrado no ativo circulante, pela migração do saldo de transporte para molécula devido a expectativa de recuperação de todo o volume no prazo de 365 dias. A variação na conta refere-se ao pagamento anual das diferenças entre o volume de gás comprado e os volumes mínimos obrigatórios contratados, os quais podem ser compensados (por meio de consumo) ao longo do período de vigência do contrato de gás.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

. O crescimento na conta de Outros tributos a recuperar é explicado pelo provimento do Recurso Extraordinário 574.706 interposto contra decisão que determinava a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. A Companhia reconheceu em 2018 os créditos dos períodos posteriores a março de 2017 decorrentes das contribuições do PIS e da COFINS com base na decisão do STF no montante de R\$ 188.216 nas deduções de receitas e outras receitas.

Ativo não circulante

O ativo não circulante da Companhia passou de R\$ 5.365.083 em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 5.128.062 no mesmo período em 31 de dezembro de 2018, representando um decréscimo de 4,42%. Os Diretores da Companhia entendem que essas variações ocorreram, principalmente, pela transferência do saldo da conta Transporte não utilizado para o ativo circulante e o decréscimo no saldo de Imposto de renda e contribuição social diferidos, amenizados pelos saldos apresentados nas contas de Instrumentos financeiros derivativos e Intangível.

Principais variações:

. Transferência do saldo da conta Transporte não utilizado para Gás pago e não retrado do ativo não circulante para o ativo circulante, por conta da expectativa de realização.

. Decréscimo em Imposto de renda e contribuição social diferidos é explicado pelo encerramento das disputas judiciais relacionadas ao custo de gás com a Petrobras e consequente liquidação dos valores provisionados resultando na realização do ativo fiscal diferido.

. Variação em Intangível é o líquido entre as adições e amortizações ocorridas durante o ano de 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Comparação das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016.**

Ativo	31/12/2017	AV %	31/12/2016	AV %	AH %
Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	2.237.065	25,81	2.310.821	26,66	(3,19)
Contas a receber - clientes	611.976	7,06	479.751	5,53	27,56
Instrumentos financeiros derivativos	211.088	2,44	17.771	0,20	1.087,82
Estoques	76.548	0,88	114.745	1,32	(33,29)
Recebíveis de partes relacionadas	1.039	0,01	1.049	0,01	(0,95)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	61.393	0,71	8.882	0,10	591,21
Outros tributos a recuperar	77.109	0,89	50.424	0,58	52,92
Outros ativos	25.264	0,29	29.393	0,34	(14,05)
Ativo circulante	3.301.482	38,09	3.012.836	34,75	9,58
Contas a receber de clientes	28.706	0,33	33.671	0,39	(14,75)
Transporte não utilizado	291.290	3,36	244.006	2,81	19,38
Imposto de renda e contribuição social diferidos	91.152	1,05	296.757	3,42	(69,28)
Outros tributos a recuperar	11.098	0,13	12.624	0,15	(12,09)
Depósitos judiciais	53.580	0,62	49.255	0,57	8,78
Instrumentos financeiros derivativos	247.388	2,85	419.366	4,84	(41,01)
Outros ativos	994	0,01	1.421	0,02	(30,05)
Intangível	4.640.875	53,55	4.598.856	53,05	0,91
Ativo não circulante	5.365.083	61,91	5.655.956	65,25	(5,14)
Total do ativo	8.666.565	100,00	8.668.792	100,00	(0,03)

Ativo circulante

O Ativo circulante da Companhia passou de R\$ 3.012.836 em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 3.301.482 em 31 de dezembro de 2017, representando um acréscimo de 9,58%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, pelo crescimento no saldo de contas a receber de clientes e instrumentos financeiros derivativos, sendo amenizado pela variação das contas de caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários.

Principais variações:

. O crescimento nas Contas a receber de clientes é explicado pelos reajustes nas tarifas em maio/17 e aumento na alíquota de ICMS sobre vendas de gás a partir de abril/17.

. O crescimento em Instrumentos financeiros derivativos ocorreu em virtude de transferências de parcelas de empréstimos e financiamentos do longo prazo para o circulante.

. A redução na conta Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários está atrelada a pagamentos de dividendos em 2017, sendo amenizada pela geração de caixa durante o ano.

Ativo não circulante

O Ativo não circulante da Companhia passou de R\$ 5.655.956 em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 5.365.083 no mesmo período em 31 de dezembro de 2017, representando um decréscimo de 5,14%. Os Diretores da Companhia entendem que essas variações ocorreram, principalmente, pelos decréscimos nos saldos de Instrumentos financeiros derivativos e Imposto de renda e contribuição social diferidos, sendo amenizado pelos saldos apresentados em Transporte não utilizado e intangível.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Principais variações:**

- . O decréscimo em Instrumentos financeiros derivativos ocorreu devido a transferência de parcelas de empréstimos e financiamentos para o circulante.
- . O decréscimo em Imposto de renda e contribuição social diferidos foi ocasionado basicamente pelo aproveitamento do benefício fiscal sobre reserva de ágio de incorporação no período de 2017
- . A variação na conta de Transporte não utilizado refere-se ao pagamento anual das diferenças entre o volume de gás comprado e os volumes mínimos obrigatórios contratados, os quais podem ser compensados (por meio de consumo) ao longo do período de vigência do contrato de gás.
- . A variação em intangível é o líquido entre as adições e amortizações ocorridas durante 2017.

Comparação das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Passivo e patrimônio líquido	31/12/2018	AV %	31/12/2017	AV %	AH %
Empréstimos, financiamentos e debêntures	679.735	8,13	1.264.352	14,59	(46,24)
Fornecedores	1.012.895	12,12	1.444.835	16,67	(29,90)
Ordenados e salários a pagar	63.520	0,76	59.059	0,68	7,55
Outros tributos a pagar	70.768	0,85	146.169	1,69	(51,58)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	11.551	0,14	147.235	1,70	(92,15)
Pagáveis à partes relacionadas	14.994	0,18	8.370	0,10	79,14
Outros passivos financeiros	52.868	0,63	51.403	0,59	2,85
Outras contas a pagar	8.879	0,11	5.252	0,06	69,06
Passivo circulante	1.915.210	22,91	3.126.675	36,08	(38,75)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.971.810	35,55	2.948.152	34,02	0,80
Provisão para demandas judiciais	120.972	1,45	107.637	1,24	12,39
Obrigações de benefício pós-emprego	504.320	6,03	440.827	5,09	14,40
Imposto de renda e contribuição social diferidos	102.426	1,23	-	-	-
Outros tributos a pagar	6.464	0,08	7.294	0,08	(11,38)
Outras contas a pagar	18.051	0,22	18.897	0,22	(4,48)
Passivo não circulante	3.724.043	44,54	3.522.807	40,65	5,71
Total do passivo	5.639.253	67,45	6.649.482	76,73	(15,19)
Capital social	1.650.032	19,74	1.481.204	17,09	11,40
Reserva de capital	60.032	0,72	227.161	2,62	(73,57)
Reserva de reavaliação	5.761	0,07	5.838	0,07	(1,32)
Ajuste de avaliação patrimonial	(161.597)	(1,93)	(129.297)	(1,49)	24,98
Reserva de lucros	1.167.096	13,96	432.177	4,99	170,05
Patrimônio líquido	2.721.324	32,55	2.017.083	23,27	34,91
Total do passivo e patrimônio líquido	8.360.577	100,00	8.666.565	100,00	(3,53)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo circulante

O Passivo circulante da Companhia passou de R\$ 3.126.675 em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 1.915.210 no período encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um decréscimo de 38,75%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente pelo decréscimo nas contas de Empréstimos, financiamentos e debêntures, Fornecedores, Outros tributos a pagar e Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar, amenizados pelas variações das contas de Ordenados e salários a pagar, Pagáveis à partes relacionadas, Outros passivos financeiros e Outras contas a pagar.

Principais variações:

- Decréscimo na conta de Empréstimos, financiamentos e debêntures refere-se a amortização de principal ocorrida durante o ano.
- Decréscimo na conta de Fornecedores ocorreu principalmente pela reversão das provisões relacionadas ao custo do gás com a Petrobras pelo encerramento das disputas judiciais.
- Decréscimo na conta de Outros tributos a pagar ocorreu pelo provimento do Recurso Extraordinário 574.706 interposto contra decisão que determinava a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS nas deduções de receitas e outras receitas.
- O decréscimo na conta de Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar, refere-se a deliberação ocorrida em 20 de dezembro de 2017 de juros sobre capital próprio referente ao exercício de 2017 no montante de R\$ 146.344 líquido de imposto de renda, onde o pagamento ocorreu em 05 de janeiro de 2018.

Passivo não circulante

O Passivo não circulante da Companhia passou de R\$ 3.522.807 em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 3.724.043 no período encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um acréscimo de 5,71%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente pelo acréscimo na conta de Provisão para demandas judiciais, Obrigações de benefício pós-emprego e o reconhecimento em 2018 de Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, amenizados pelas contas Outros tributos a pagar e Outras contas a pagar.

Principais variações:

- . O acréscimo na conta de Provisão para demandas judiciais refere-se as provisões no exercício de processos cíveis, ambientais, regulatórios e trabalhistas.
- . O acréscimo na conta de Obrigações de benefício pós-emprego reflete as obrigações relacionadas ao plano de benefícios pós-emprego de acordo com a deliberação CVM 695, avaliados pela administração em conjunto com os especialistas atuariais.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

. O reconhecimento na conta de Imposto de renda e contribuição social diferidos reflete a opção da Companhia pelo regime de tributação da variação cambial dos empréstimos e financiamentos para o exercício de 2018, sendo que os impostos diferidos representam o resultado não realizado com derivativos, que continuaram a ser tributados pelo regime de caixa. Anteriormente, eram compensados com as perdas da variação cambial dos empréstimos e financiamentos.

Patrimônio líquido

O Patrimônio líquido da Companhia passou de R\$ 2.017.083 em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 2.721.324 no período encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um acréscimo de 34,91%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente pelo pagamento de dividendos intercalares no montante de R\$ 456.632 em novembro de 2018, deliberações de juros sobre capital próprio nos montantes de R\$ 131.079 e R\$ 10.520 em novembro e dezembro de 2018 referente ao exercício de 2018 respectivamente e, pelo resultado do exercício do ano de R\$ 1.339.433.

O Capital social passou de R\$ 1.481.204 em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 1.650.032 no período encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 11,40%. Os Diretores entendem que esta variação deve-se ao aumento do capital social subscrito e integralizado no montante de R\$ 168.828, mediante a capitalização da reserva especial de ágio, aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de abril de 2018.

Comparação das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Passivo e patrimônio líquido	31/12/2017	AV %	31/12/2016	AV %	AH %
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.264.352	14,59	482.709	5,57	161,93
Fornecedores	1.444.835	16,67	1.226.634	14,15	17,79
Ordenados e salários a pagar	59.059	0,68	58.100	0,67	1,65
Outros tributos a pagar	146.169	1,69	60.348	0,70	142,21
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	147.235	1,70	70.781	0,82	108,01
Pagáveis à partes relacionadas	8.370	0,10	7.528	0,09	11,18
Outros passivos financeiros	51.403	0,59	1.943	0,02	2545,55
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	73.482	0,85	-
Outras contas a pagar	5.252	0,06	3.620	0,04	45,08
Passivo circulante	3.126.675	36,08	1.985.145	22,90	57,50
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.948.152	34,02	3.587.366	41,38	(17,82)
Provisão para demandas judiciais	107.637	1,24	88.114	1,02	22,16
Obrigações de benefício pós-emprego	440.827	5,09	397.916	4,59	10,78
Outros tributos a pagar	7.294	0,08	-	-	-
Outras contas a pagar	18.897	0,22	19.502	0,22	(3,10)
Passivo não circulante	3.522.807	40,65	4.092.898	47,21	(13,93)
Total do passivo	6.649.482	76,73	6.078.043	70,11	9,40
Capital social	1.481.204	17,09	1.312.376	15,14	12,86
Reserva de capital	227.161	2,62	395.133	4,56	(42,51)
Reserva de reavaliação	5.838	0,07	6.052	0,07	(3,54)
Ajuste de avaliação patrimonial	(129.297)	(1,49)	(113.712)	(1,31)	13,71
Reserva de lucros	432.177	4,99	990.900	11,43	(56,39)
Patrimônio líquido	2.017.083	23,27	2.590.749	29,89	(22,14)
Total do passivo e patrimônio líquido	8.666.565	100,00	8.668.792	100,00	(0,03)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo circulante

O Passivo circulante da Companhia passou de R\$ 1.985.145 em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 3.126.675 no período encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um acréscimo de 57,50%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente pelo crescimento nas contas de Empréstimos, financiamentos e debêntures, Fornecedores e Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.

Principais variações:

- Acréscimo na conta de Empréstimos, financiamentos e debêntures referem-se a transferência de saldo entre o passivo circulante e não circulante em 2017.
- Acréscimo na conta de Fornecedores pelo aumento no custo de gás e transporte durante 2017.
- Acréscimo na conta de Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar, por conta da deliberação ocorrida em 20 de dezembro de 2017 referente ao exercício de 2017 no montante de 146.344 líquido de imposto de renda, com pagamento para 05 de janeiro de 2018.

Passivo não circulante

O Passivo não circulante da Companhia passou de R\$ 4.092.898 em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 3.522.807 no período encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um decréscimo de 13,93%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente pela redução no saldo de Empréstimos, financiamentos e debêntures, ocorrida devido as transferências de parcelas para o passivo circulante. Tal redução foi amenizada pelas liberações ocorridas durante 2017.

Patrimônio líquido

O Patrimônio líquido da Companhia passou de R\$ 2.590.749 em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 2.017.083 no período encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um decréscimo de 22,14%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente pelo pagamento de dividendos no montante de R\$ 1.099.751 durante 2017, deliberação de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 169.197 referente ao exercício de 2017 e pelo resultado do exercício de 2017 de R\$ 640.121.

O Capital social passou de R\$ 1.312.376 em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 1.481.204 no período encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de 12,86%. Os Diretores entendem que esta variação deve-se ao aumento do capital social subscrito e integralizado no montante de R\$ 168.828, mediante a capitalização da reserva especial de ágio, aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 20 de abril de 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**A. Resultado das Operações da Companhia, em especial:**

Para uma discussão detalhada das principais variações percebidas nos resultados da Companhia, vide item 10.1(h) do Formulário de Referência.

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita operacional líquida da Companhia é composta, principalmente, pelas Vendas de gás, Vendas de serviços, e Receita de construção (-) impostos e deduções sobre vendas.

A receita operacional líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 6.840.011, representando um acréscimo de 23,51% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 R\$ 5.537.857.

A receita operacional líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 5.537.857, representando um decréscimo de 2,11% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 R\$ 5.657.246.

As operações da Companhia se baseiam na premissa de garantia da entrega do gás com segurança, qualidade e confiabilidade, com investimentos contínuos na expansão e modernização. Essa política se traduz no número recorde de clientes na base que, em 2018, chegou a 1.905.455, sendo 114 mil novos consumidores no ano, com investimentos de R\$ 530 milhões no exercício.

Em 2017, a Companhia chegou a 1.791.226 de clientes na base, sendo que 106 mil novos consumidores foram conectados durante o ano, com investimentos de R\$ 460 milhões no período.

Em 2016, a Companhia chegou a 1.685.261 de clientes na base, sendo que 111 mil novos consumidores foram conectados durante o ano, com investimentos de R\$ 464 milhões no período.

O número total de clientes supera o de medidores, pois um único medidor pode atender a um conjunto de apartamentos (UDAs – Unidade Domiciliar Autônoma). Abaixo número de clientes em cada mercado:

Número de clientes	2018	2017	2018 x 2017	2016	2017 x 2016
Residencial	1.236.883	1.174.865	5,28%	1.131.710	3,81%
Número de UDA's *	1.886.220	1.772.990	6,39%	1.667.998	6,29%
Comercial	17.672	16.734	5,61%	15.811	5,84%
Industrial	1.290	1.215	6,17%	1.160	4,74%
Termogeração	2	2	0,00%	2	0,00%
Cogeração	30	29	3,45%	25	16,00%
Automotivo	241	256	-5,86%	265	-3,40%
Total Medidores	1.256.118	1.193.101	5,28%	1.148.973	3,84%
Total UDA's	1.905.455	1.791.226	6,38%	1.685.261	6,29%
(*) UDA's (Unidade Domiciliar Autônoma)					

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

O volume total de gás distribuído sem termoeletricas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, obteve acréscimo de 5,87% quando comparado ao mesmo exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, passando de 4.291.341m³ para 4.543.298m³. Se considerarmos as termoeletricas, o volume de gás distribuído obteve um acréscimo de 5,83% quando comparado ao mesmo exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, passando de 4.292.873m³ para 4.543.298m³. Os Diretores da Companhia entendem que o acréscimo deveu-se principalmente por negociações comerciais, pela recuperação ainda que moderada da produção e pela expansão em todos os segmentos de atuação. O segmento residencial com acréscimo de 6,79%, com adição de 113 mil novos clientes nos últimos 12 meses, o segmento comercial apresentou acréscimo de 8,65% em comparação ao ano anterior, impulsionado pela adição de novos clientes e melhora da atividade econômica.

O volume total de gás distribuído sem termoeletricas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, obteve um acréscimo de 4,19% quando comparado ao mesmo exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, passando de 4.118.852m³ para 4.291.341m³. Se considerarmos as termoeletricas, o volume de gás distribuído obteve um decréscimo de 0,70% quando comparado ao mesmo exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, passando de 4.323.010m³ para 4.292.873m³. Os Diretores da Companhia entendem que o acréscimo se deveu principalmente à expansão em todos os segmentos de atuação, tendo o volume industrial crescido 3,71% no ano, impulsionado pela retomada gradual da situação econômica e por negociações comerciais para incremento de volume, o segmento residencial fechou o ano com um crescimento de 5,47%, com a adição de 105 mil novos clientes nos últimos 12 meses e o volume comercial cresceu 6,27% no ano, impulsionado pela adição de 923 novos clientes.

Volume (mil m³)	2018	2017	2018 x 2017	2016	2017 x 2016
Residencial	276.153	258.604	6,79%	245.184	5,47%
Comercial	156.464	144.007	8,65%	135.506	6,27%
Industrial	3.557.349	3.391.307	4,90%	3.269.904	3,71%
Cogeração	327.399	296.623	10,38%	273.219	8,57%
Automotivo	225.933	200.800	12,52%	195.039	2,95%
Volume ex-termo	4.543.298	4.291.341	5,87%	4.118.852	4,19%
Termogeração	-	1.532	-100,00%	204.158	-99,25%
Volume	4.543.298	4.292.873	5,83%	4.323.010	-0,70%
mm³/dia	12,45	11,76	5,83%	11,84	-0,70%

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os Diretores da Companhia entendem que os resultados das operações da Companhia dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 foram materialmente afetados pelos reajustes tarifários.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em maio de 2013, pela Deliberação ARSESP nº 421, a agência reguladora autorizou um reajuste dos valores das margens de distribuição, do custo médio ponderado do gás e do transporte e sobre o repasse das variações dos preços do gás e do transporte fixados nas tarifas. Além disto, também houve um reajuste das tabelas tarifárias a serem aplicadas pela Companhia.

O reajuste variou de 6,28% a 6,77% para clientes residenciais; de 6,01% a 6,24% para o segmento industrial; de 6,22% a 6,66% para clientes comerciais; e de 8,86% a 9,05% para os postos de GNV. Esse reajuste considerou uma inflação (IGPM – Índice Geral de Preços ao Mercado) de 7,2980% no período e um fator X de 0,82%, resultando em um ajuste líquido para as margens da Companhia, de 6,4780%.

Um reajuste extraordinário foi autorizado no início de dezembro de 2013, levando em consideração a atualização do custo do gás natural importado. Também influenciou no reajuste o incremento dos preços médios do gás adquirido nos leilões de gás da Petrobrás. Os reajustes impactaram positivamente o resultado operacional da Companhia no ano de 2013.

Em maio de 2014, a ARSESP, pela Deliberação nº 494, decidiu adiar o processo de revisão tarifária da Companhia, previsto para ocorrer até maio de 2014, para 30 de janeiro de 2015.

Segundo a Deliberação, somente em fevereiro de 2014, em razão de dificuldades encontradas pela ARSESP, foi possível concluir o processo de contratação de consultoria especializada para assessorar a ARSESP no referido processo de revisão tarifária e iniciar em março de 2014 os seus trabalhos. Em consequência, até a data prevista para conclusão do processo de revisão tarifária não houve tempo hábil para as definições metodológicas, análise de dados da Companhia e a proposição das margens máximas de comercialização para o novo ciclo tarifário 2014-2019, inclusive a realização das consultas e audiências públicas, de modo a permitir a necessária transparência e publicidade do processo.

No mesmo dia do anúncio do adiamento da revisão tarifária, a ARSESP publicou a Deliberação nº 496, que dispõe sobre o ajuste provisório das margens de distribuição da Companhia e vigorará entre maio de 2014 e o final do processo da revisão tarifária, o qual era previsto para janeiro de 2015. Esse reajuste considerou uma inflação (IGPM – Índice Geral de Preços ao Mercado) de 5,27% no período e um fator X de 0,55%, ambos proporcionais a 8/12 avos dos índices dos últimos 12 (doze) meses, uma vez que a revisão tarifária foi postergada por oito meses, resultando em um ajuste líquido de 4,72%. Considerando o ajuste das margens pela inflação menos o fator X, a atualização do custo do gás e o repasse da conta corrente, a média do reajuste nas tarifas ocorrido em maio de 2014 foi de 2,6% no segmento residencial, 1,2% no segmento comercial, - 0,6% na indústria e 4,3% nos postos de GNV.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Nova Deliberação, de nº 533, foi publicada pela ARSESP em 10 de dezembro de 2014, prorrogando o prazo da revisão tarifária para 31 de maio de 2015. Por conta do novo prazo, a agência decidiu complementar o reajuste inflacionário com os 4/12 que não foram considerados no reajuste autorizado na Deliberação nº 496, e, portanto, as margens da Companhia tiveram um reajuste líquido de 2,33%. Na mesma data, a ARSESP publicou a Deliberação nº 534 atualizando o custo do gás e o repasse da conta corrente. Esses dois impactos, em conjunto com o ajuste da margem pela inflação descrito acima, resultaram nos seguintes ajustes nas tarifas de venda de gás: aumento médio de 2,2% nos segmentos residencial e comercial, 2,0% no segmento industrial e 3,8% para os postos de GNV.

Os reajustes das margens pela inflação impactaram positivamente o resultado operacional da Companhia no ano de 2014. Vale lembrar que em maio de 2014, conforme explicado acima, a ARSESP aprovou um repasse parcial do IGP-M dos últimos 12 (doze) meses, fazendo o repasse integral apenas em dezembro, e essa defasagem de inflação entre maio e dezembro de 2014 causou um impacto negativo no resultado da Companhia. Em 9 de maio de 2015, a ARSESP publicou a Deliberação nº 575, atualizando o custo do gás e o repasse da conta corrente. Esses dois impactos, em conjunto com o ajuste da nossa margem de distribuição pela inflação de 4,16%, resultaram nos seguintes ajustes nas tarifas de venda de gás: aumento médio de 6,25% no segmento residencial, 7,7% no segmento comercial, 9,6% no segmento industrial e 9,2% para os postos de GNV.

Em 23 de maio de 2016, a ARSESP publicou Deliberação nº 648, relativa às novas tabelas tarifárias da Companhia, vigentes a partir de 31 de maio de 2016. Esta Deliberação resultou em redução nas tarifas de vendas de gás, sendo os percentuais médios de 19,2% para o segmento industrial, 2,7% no segmento residencial, 5,6% no segmento comercial e 1,88% para o segmento GNV.

Em 29 de setembro de 2016, a ARSESP publicou Deliberação nº 670, relativa às novas tabelas tarifárias da Companhia, vigentes a partir de 03 de outubro de 2016. Esta Deliberação resultou em redução nas tarifas de vendas de gás, sendo os percentuais médios de 9,8% para o segmento industrial, 3,2% no segmento residencial, 5,7% no segmento comercial e 0,1% para o segmento GNV.

Em 30 de março de 2017, a ARSESP publicou Deliberação nº 716, relativa às novas tabelas tarifárias da Companhia, vigentes a partir de 01 de abril de 2017. Esta Deliberação resultou em aplicação de nova alíquota do ICMS no cálculo do PIS/PASEP e COFINS.

Em 29 de maio de 2017, a ARSESP publicou Deliberação nº 726, relativa às novas tabelas tarifárias da Companhia, vigentes a partir de 31 de maio de 2017. Esta Deliberação resultou em

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

aumento nas tarifas de vendas de gás, sendo os percentuais médios de 18,5% para o segmento industrial, 7,3% no segmento residencial, 11,5% no segmento comercial.

Em 05 de dezembro de 2018, a ARSESP publicou a Deliberação nº 840, que consubstanciou as Consultas Públicas 10, 11 e 12 de 2018, referente a taxa WACC, Metodologia Aplicável e Alteração dos ciclos tarifários, respectivamente.

Em 06 de fevereiro de 2019, a ARSESP divulgou os resultados das Consultas Públicas 10, 11 e 12 de 2018, através da publicação da Nota Técnica NT.F-0002-2019 que definiu o custo médio ponderado de capital em 8,27% para o próximo ciclo e a Nota Técnica NT.F-0003-2019 que define a metodologia a ser utilizada no processo de revisão tarifária. Também foi publicada a minuta final do 6º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

A ARSESP anunciou no final do exercício de 2018 o início da revisão tarifária da Companhia que se encerrou em 23 de maio de 2019, conforme divulgado através de Fato Relevante pela Companhia. A ARSESP publicou a Nota Técnica Final NTF-0030-2019 e o Relatório Circunstanciado referente à conclusão da 4ª Revisão Tarifária Ordinária da Comgás, compreendida no período de 31 de maio de 2018 a 30 de maio de 2024, onde determinou atualizações para a Margem Máxima (P0), que teve seu valor atualizado para R\$ 0,5182 por metro cúbico, e para o Fator X, que teve o percentual estabelecido de 0,52% ao ano. As tabelas tarifárias atualizadas passam a vigorar a partir de 31 de maio de 2019, após publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

B. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita bruta na venda de gás e serviços da Companhia nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi de R\$ 8.695.208 e R\$ 7.097.156, respectivamente, apresentando acréscimo de 22,52% entre os exercícios. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação é explicada principalmente pelo repasse do aumento dos custos de gás e transporte nas tarifas, bem como maior volume distribuído no período.

A receita operacional bruta da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi de R\$ 7.097.156 e R\$ 7.022.447, respectivamente, apresentando acréscimo de 1,06% entre os exercícios. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação é explicada principalmente pelos reajustes tarifários autorizados pelo órgão regulador e pela retomada da produção industrial e por negociações comerciais para incremento do volume, destacando os setores: químico/petroquímico, siderúrgico e cerâmico.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

C. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e financeiro da Companhia, quando relevante

Os Diretores da Companhia informam que as principais taxas indexadoras aplicáveis ao negócio da

Companhia, nos últimos 3 (três) exercícios sociais são o IGP-M, CDI e TJLP:

IGP-M: Tal índice impacta na margem da Companhia por meio dos reajustes anuais determinados pelo regulador, excluindo o fator de eficiência “fator X”.

CDI: Todos os passivos financeiros de curto prazo e as aplicações financeiras da Companhia, além da proteção da dívida (swaps), estão atrelados à variação do CDI, bem como dívidas de longo prazo em moeda externa que são, obrigatoriamente, trocadas por CDI por meio de instrumentos derivativos.

TJLP: Como a expansão da Companhia é baseada em financiamentos de longo prazo que, majoritariamente, variam de acordo com a TJLP (empréstimos do BNDES), a variação desta taxa pode afetar significativamente o serviço da dívida da Companhia.

Taxas de câmbio: A Companhia possui dívidas em moeda estrangeira, porém todas estão de acordo com sua política de tesouraria, devidamente protegidas (“*swapadas*”) para Reais indexados à CDI.

A inflação afeta o desempenho financeiro da Companhia, aumentando suas despesas operacionais. Estas despesas operacionais incluem os custos de mão de obra, despesas com vendas, gerais e administrativas. No entanto, a inflação não tem impacto material sobre o negócio da Companhia para os períodos apresentados. Anualmente, o Órgão Regulador da Companhia (ARSESP) corrige a margem bruta da Companhia pela inflação registrada nos últimos 12 (doze) meses.

Os contratos de fornecimento de gás natural, principal insumo da Companhia, têm os preços compostos por duas parcelas: uma indexada a uma cesta de óleos combustíveis no mercado internacional e reajustada trimestralmente; e outra reajustada anualmente com base na inflação local. Todas as variações impactam diretamente na margem bruta da Companhia. Essas variações são capturadas pela conta corrente regulatória que não é contabilizada, porém seu saldo é considerado na construção da tarifa autorizada e revisada pelo órgão regulador anualmente ou quando houver um desequilíbrio econômico financeiro da Companhia. Esse mecanismo confere à Companhia uma proteção em relação às variações no custo do gás natural.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

As informações a seguir apresentadas expressam as opiniões dos nossos Diretores.

A. Introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores informam que a Companhia possui uma plataforma de negócios adequada para a execução de seus planos futuros, não havendo, no presente momento, expectativa de introdução ou alienação futura de segmento operacional.

B. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve qualquer constituição, aquisição ou alienação de participação societária no exercício social de 2018 que tenha causado efeito relevante nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados.

C. Eventos ou operações não usuais

Os Diretores confirmam que não houve evento ou operação não usual nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**A. Mudanças significativas nas práticas contábeis**

As informações a seguir apresentadas expressam as opiniões dos Diretores da Companhia para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

Os Diretores da Companhia informam que os seguintes pronunciamentos foram adotados pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2014 e tiveram impactos para a Companhia: OCPC 07 – “Evidenciação da Divulgação dos Relatórios Contábil-financeiros”.

B. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os Diretores da Companhia descrevem a seguir as principais mudanças e justificativas trazidas pela alteração indicada acima.

OCPC 07 – “Evidenciação da Divulgação dos Relatórios Contábil-financeiros”. Trata-se dos aspectos quantitativos e qualitativos das divulgações em notas explicativas, reforçando as exigências já existentes nas normas contábeis e ressaltando que somente as informações relevantes para os usuários das demonstrações financeiras devem ser divulgadas.

C. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os Diretores informam que os pareceres dos Auditores Independentes referentes às demonstrações financeiras da Companhia, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, foram emitidos sem ressalvas.

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira continua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- i. Nota 6.8 - Mensurações de valor justo reconhecidas
- ii. Nota 9 - Ativos Intangíveis
- iii. Nota 10 - Compromissos
- iv. Nota 11 - Imposto de renda e contribuição social
- v. Nota 12 - Provisão para demandas judiciais
- vi. Nota 20 - Benefícios pós-emprego
- vii. Nota 21 - Pagamento com base em ações

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

i. Nota 6.8 – Mensurações de valor justo reconhecidas

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser derivado de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para esses modelos são obtidas de mercados observáveis, quando possível, mas quando isso não é viável, um grau de julgamento é necessário para determinar os valores justos. O julgamento é necessário na determinação de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nessas variáveis poderiam afetar o valor justo reportado dos instrumentos financeiros.

Técnicas de avaliação específicas usadas para avaliar instrumentos financeiros incluem:

- i. O uso de preços de mercado cotados ou cotações de revendedores para instrumentos similares.
- ii. Para swaps de taxa de juros - o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas de rendimento observáveis;
- iii. Para swaps de moeda estrangeira - valor presente dos fluxos de caixa futuros com base nas taxas de câmbio a termo na data do balanço;
- iv. Para opções em moeda estrangeira - modelos de precificação de opções; e
- v. Para outros instrumentos financeiros - análise do fluxo de caixa descontado.

ii. Nota 9 – Intangíveis

a) Ativos intangíveis relacionados ao contrato de concessão

A Companhia possui um contrato de concessão pública para um serviço de distribuição de gás no qual o Poder Concedente controla quais serviços serão prestados e o preço, além de deter participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Este contrato de concessão representa o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato. Dessa forma, a Companhia reconhece esse direito como um ativo intangível.

Os ativos adquiridos ou construídos subjacentes à concessão, necessários para a distribuição de gás, são amortizados pelo período no qual se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam revertidos para a Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Este período reflete a vida útil econômica de cada um dos ativos subjacentes que compõem a concessão. Essa vida útil econômica também é utilizada pelo órgão regulador para determinar a base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão.

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço ao Poder Concedente e a receita relacionada é reconhecida a valor justo. Os custos de financiamento diretamente relacionados à construção são capitalizados.

A empresa não reconhece margem na construção da infraestrutura.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Os intangíveis em andamento são mensurados ao custo e capitalizados à medida em que estão disponíveis para uso da concessão.

b) Contratos com clientes

Os custos incorridos no desenvolvimento de sistemas de gás para novos clientes (incluindo oleodutos, válvulas e equipamentos em geral) são reconhecidos como ativos intangíveis e amortizados durante o período do contrato.

c) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

d) Amortização

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear, baseado nas vidas úteis estimadas, a partir da data em que estão disponíveis para uso.

A amortização dos ativos intangíveis reflete o padrão esperado para a utilização dos benefícios econômicos futuros pela Companhia, que corresponde à vida útil dos ativos que compõem a infraestrutura.

A amortização dos ativos intangíveis é descontinuada quando o respectivo ativo é utilizado ou baixado integralmente, não sendo mais incluído na base de cálculo da tarifa de prestação dos serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

iii. Nota 10 – Compromissos**Compromissos de arrendamento operacional**

A Companhia contratou arrendamentos mercantis comerciais e avaliou os termos e condições dos contratos, os riscos e benefícios assumidos, e desta forma, contabiliza os contratos como arrendamentos mercantis operacionais.

iv. Nota 11 – Imposto de renda e contribuição social

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo reconhecidos no resultado, exceto em algumas transações que são reconhecidas no patrimônio líquido.

i. Imposto de renda e contribuição social corrente

É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**ii. Imposto de renda e contribuição social diferido**

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

iii. Riscos fiscais

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

v. Nota 12 - Provisão para demandas judiciais

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

vi. Nota 20 - Benefícios pós-emprego

O custo do plano de benefícios pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando avaliações atuariais. Uma avaliação atuarial envolve o uso de várias suposições que podem diferir dos resultados reais no futuro. Estes incluem a determinação da taxa de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de pensão. Uma obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas pela administração em cada data de balanço.

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

A Companhia oferece os seguintes benefícios pós-emprego:

Assistência à saúde, concedida aos ex-empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de maio de 2000. Após esta data, somente empregados com 20 anos de contribuição ao INSS e 15 anos de trabalho ininterruptos na Companhia em 31 de maio de 2000 têm direito a este plano de benefício definido, desde que, na data de concessão da aposentadoria estejam trabalhando na Companhia.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação aos planos de pós-emprego de benefícios definidos é calculado anualmente por atuários independentes.

A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos dos planos de benefícios pós-emprego representa o valor presente das obrigações menos o valor justo dos ativos, incluindo ganhos e perdas atuariais. Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem.

vii. Nota 21 - Pagamento com base em ações

O custo de transações liquidadas com ações com executivos é mensurado por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais na data em que são concedidos, e é reconhecido como despesa durante o período de aquisição, que termina na data em que os empregados têm direito ao prêmio. Um crédito correspondente é reconhecido no patrimônio líquido.

O modelo *Black-Scholes* foi utilizado na estimativa do valor justo das opções negociadas sem restrições de aquisição de direitos. O modelo requer o uso de premissas subjetivas, incluindo a volatilidade esperada do preço da ação, a vida esperada da opção de compra de ações ou a concessão de ações e dividendos.

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estão registrados nas demonstrações financeiras e nas respectivas notas explicativas.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

A. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet itens), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Os Diretores da Companhia informam que esta possui contratos de aluguel, conforme explicitado na Nota Explicativa nº 10 – Compromissos nas Demonstrações Financeiras.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia informam que este item não é aplicável, uma vez que a Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estejam registrados em suas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia informam que este item não é aplicável, uma vez que a Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estão registrados e divulgados em suas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

iv. Contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia informam que este item não é aplicável, uma vez que a Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estão registrados e divulgados em suas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia informam que este item é aplicável, uma vez que a Companhia possui linhas de financiamentos contratadas tanto no curto quanto no longo prazo, informados no item 10.1, (g) supra.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**B. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Os Diretores da Companhia informam que este item não é aplicável, uma vez que a Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estão registrados e divulgados em suas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

A. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Os Diretores da Companhia informam que as despesas de alugueis impactam o resultado operacional, sendo registradas na rubrica “Despesas Gerais e Administrativas” na Demonstração de Resultado.

B. Natureza e o propósito da operação

Os Diretores informam que os alugueis de imóveis tem como propósito de comportar uma parcela das bases operacionais e administrativas da Companhia.

C. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Os Diretores da Companhia informam que as despesas de aluguéis de imóveis foram reconhecidas durante o exercício de 2018 no montante de R\$ 2.765 e que possui 10 (dez) contratos de aluguéis de imóveis.

Os termos do arrendamento são de um a seis anos, e a maioria dos contratos de arrendamento é renovável ao término do período de arrendamento à taxa de mercado.

Os pagamentos totais mínimos futuros de arrendamento, segundo os arrendamentos operacionais, são:

	31/12/2018			31/12/2017
	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Arrendamentos operacionais	2.491	8.390	3.496	14.377
	2.491	8.390	3.496	14.377
				16.058

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

As informações a seguir apresentadas expressam as opiniões dos Diretores da Companhia.

A. Investimentos, incluindo:**i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Os Diretores da Companhia informam que, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia investiu o montante de R\$ 530 milhões para a ampliação e modernização da rede de abastecimento, sendo o maior volume destinado à expansão da rede de distribuição de gás, em linha com o Guidance esperado para o ano. Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os investimentos foram de R\$ 460 milhões e R\$ 464 milhões, respectivamente,

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Os Diretores da Companhia informam que, para assegurar as condições financeiras necessárias à continuidade do ritmo de crescimento de suas operações nos próximos períodos, adicionalmente à sua geração própria de caixa, a Companhia também buscou, entre os anos de 2016 à 2018, instrumentos de captação no mercado de capitais e bancário (emissão de valores mobiliários, como, por exemplo, debêntures), além de novas linhas de financiamento por meio de empréstimos bilaterais firmados com bancos de fomento e bancos comerciais, nacionais e internacionais.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Os Diretores da Companhia informam que não há desinvestimentos relevantes em andamento e/ou desinvestimentos previstos.

B. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva.

Os Diretores da Companhia afirmam que, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foram adicionados 835 quilômetros de rede. No mesmo período referente ao ano de 2017 e 2016, foram adicionados 605 e 1.024 quilômetros de rede, respectivamente, para levar gás a novos consumidores.

Do total dos investimentos realizados durante o ano de 2018, aproximadamente 57% foi destinado à expansão da rede de distribuição de gás. Dentre os projetos realizados no ano destacam-se: Guarulhos, Campinas, Osasco, Cotia, Barueri e São Paulo.

C. Novos produtos e serviços: Os Diretores da Companhia informam que não há novos produtos e serviços relevantes.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais IFRS, requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- i. Nota 6.8 - Mensurações de valor justo reconhecidas
- ii. Nota 9 - Ativos Intangíveis
- iii. Nota 10 - Compromissos
- iv. Nota 11 - Imposto de renda e contribuição social
- v. Nota 12 - Provisão para demandas judiciais
- vi. Nota 20 - Benefícios pós-emprego
- vii. Nota 21 - Pagamento com base em ações

i. Nota 6.8 – Mensurações de valor justo reconhecidas

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser derivado de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para esses modelos são obtidas de mercados observáveis, quando possível, mas quando isso não é viável, um grau de julgamento é necessário para determinar os valores justos. O julgamento é necessário na determinação de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nessas variáveis poderiam afetar o valor justo reportado dos instrumentos financeiros.

Técnicas de avaliação específicas usadas para avaliar instrumentos financeiros incluem:

- i. O uso de preços de mercado cotados ou cotações de revendedores para instrumentos similares.
- ii. Para swaps de taxa de juros - o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas de rendimento observáveis;
- iii. Para swaps de moeda estrangeira - valor presente dos fluxos de caixa futuros com base nas taxas de câmbio a termo na data do balanço;
- iv. Para opções em moeda estrangeira - modelos de precificação de opções; e
- v. Para outros instrumentos financeiros - análise do fluxo de caixa descontado.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

ii. Nota 9 – Intangíveis

a) Ativos intangíveis relacionados ao contrato de concessão

A Companhia possui um contrato de concessão pública para um serviço de distribuição de gás no qual o Poder Concedente controla quais serviços serão prestados e o preço, além de deter participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Este contrato de concessão representa o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato. Dessa forma, a Companhia reconhece esse direito como um ativo intangível.

Os ativos adquiridos ou construídos subjacentes à concessão, necessários para a distribuição de gás, são amortizados pelo período no qual se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam revertidos para a Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Este período reflete a vida útil econômica de cada um dos ativos subjacentes que compõem a concessão. Essa vida útil econômica também é utilizada pelo órgão regulador para determinar a base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão.

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço ao Poder Concedente e a receita relacionada é reconhecida a valor justo. Os custos de financiamento diretamente relacionados à construção são capitalizados.

A empresa não reconhece margem na construção da infraestrutura.

Os intangíveis em andamento são mensurados ao custo e capitalizados à medida em que estão disponíveis para uso da concessão.

b) Contratos com clientes

Os custos incorridos no desenvolvimento de sistemas de gás para novos clientes (incluindo oleodutos, válvulas e equipamentos em geral) são reconhecidos como ativos intangíveis e amortizados durante o período do contrato.

c) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

d) Amortização

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear, baseado nas vidas úteis estimadas, a partir da data em que estão disponíveis para uso.

A amortização dos ativos intangíveis reflete o padrão esperado para a utilização dos benefícios econômicos futuros pela Companhia, que corresponde à vida útil dos ativos que compõem a infraestrutura.

A amortização dos ativos intangíveis é descontinuada quando o respectivo ativo é utilizado ou baixado integralmente, não sendo mais incluído na base de cálculo da tarifa de prestação dos serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

iii. Nota 10 – Compromissos

Compromissos de arrendamento operacional

A Companhia contratou arrendamentos mercantis comerciais e avaliou os termos e condições dos contratos, os riscos e benefícios assumidos, e desta forma, contabiliza os contratos como arrendamentos mercantis operacionais.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

iv. Nota 11 – Imposto de renda e contribuição social

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo reconhecidos no resultado, exceto em algumas transações que são reconhecidas no patrimônio líquido.

i. Imposto de renda e contribuição social corrente

É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

ii. Imposto de renda e contribuição social diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

iii. Riscos fiscais

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

v. Nota 12 - Provisão para demandas judiciais

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

vi. Nota 20 - Benefícios pós-emprego

O custo do plano de benefícios pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando avaliações atuariais. Uma avaliação atuarial envolve o uso de várias suposições que podem diferir dos resultados reais no futuro. Estes incluem a determinação da taxa de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de pensão. Uma obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas pela administração em cada data de balanço.

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

A Companhia oferece os seguintes benefícios pós-emprego:

Assistência à saúde, concedida aos ex-empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de maio de 2000. Após esta data, somente empregados com 20 anos de contribuição ao INSS e 15 anos de trabalho ininterruptos na Companhia em 31 de maio de 2000 têm direito a este plano de benefício definido, desde que, na data de concessão da aposentadoria estejam trabalhando na Companhia.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação aos planos de pós-emprego de benefícios definidos é calculado anualmente por atuários independentes.

A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos dos planos de benefícios pós-emprego representa o valor presente das obrigações menos o valor justo dos ativos, incluindo ganhos e perdas atuariais. Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem.

vii. Nota 21 - Pagamento com base em ações

O custo de transações liquidadas com ações com executivos é mensurado por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais na data em que são concedidos, e é reconhecido como despesa durante o período de aquisição, que termina na data em que os empregados têm direito ao prêmio. Um crédito correspondente é reconhecido no patrimônio líquido.

O modelo *Black-Scholes* foi utilizado na estimativa do valor justo das opções negociadas sem restrições de aquisição de direitos. O modelo requer o uso de premissas subjetivas, incluindo a volatilidade esperada do preço da ação, a vida esperada da opção de compra de ações ou a concessão de ações e dividendos.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estão registrados nas demonstrações financeiras e nas respectivas notas explicativas.

A. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet itens), tais como:**i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Os Diretores da Companhia informam que esta possui contratos de aluguel, conforme explicitado na Nota Explicativa nº 10 – Compromissos nas Demonstrações Financeiras.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia informam que este item não é aplicável, uma vez que a Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estejam registrados em suas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia informam que este item não é aplicável, uma vez que a Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estão registrados e divulgados em suas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

iv. Contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia informam que este item não é aplicável, uma vez que a Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estão registrados e divulgados em suas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia informam que este item é aplicável, uma vez que a Companhia possui linhas de financiamentos contratadas tanto no curto quanto no longo prazo, informados no item 10.1, (g) supra.

B. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores da Companhia informam que este item não é aplicável, uma vez que a Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estão registrados e divulgados em suas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

A. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Os Diretores da Companhia informam que as despesas de alugueis impactam o resultado operacional, sendo registradas na rubrica "Despesas Gerais e Administrativas" na Demonstração de Resultado.

B. Natureza e o propósito da operação

Os Diretores informam que os alugueis de imóveis tem como propósito de comportar uma parcela das bases operacionais e administrativas da Companhia.

C. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Os Diretores da Companhia informam que as despesas de alugueis de imóveis foram reconhecidas durante o exercício de 2018 no montante de R\$ 2.765 e que possui 10 (dez) contratos de alugueis de imóveis.

Os termos do arrendamento são de um a seis anos, e a maioria dos contratos de arrendamento é renovável ao término do período de arrendamento à taxa de mercado.

Os pagamentos totais mínimos futuros de arrendamento, segundo os arrendamentos operacionais, são:

	31/12/2018				31/12/2017
	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	Mais de cinco anos	Total	Total
Arrendamentos Operacionais	2.491	8.390	3.496	14.377	16.058
	2.491	8.390	3.496	14.377	16.058

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

As informações a seguir apresentadas expressam as opiniões dos Diretores da Companhia.

A. Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os Diretores da Companhia informam que, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia investiu o montante de R\$ 530 milhões para a ampliação e modernização da rede de abastecimento, sendo o maior volume destinado à expansão da rede de distribuição de gás, em linha com o *Guidance* esperado para o ano. Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os investimentos foram de R\$ 460 milhões e R\$ 464 milhões, respectivamente,

Em 19 de março de 2019 a Companhia divulgou Fato Relevante com as projeções financeiras e operacionais relativas ao exercício de 2019, onde se propõe a investir o montante mínimo de R\$ 400 milhões e o máximo de R\$ 900 milhões no ano. Mais informações a respeito do *Guidance* informado pela Companhia poderão ser encontradas no item 11 deste formulário.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Os Diretores da Companhia informam que, para assegurar as condições financeiras necessárias à continuidade do ritmo de crescimento de suas operações nos próximos períodos, adicionalmente à sua geração própria de caixa, a Companhia também buscou, entre os anos de 2016 à 2018, instrumentos de captação no mercado de capitais e bancário (emissão de valores mobiliários, como, por exemplo, debêntures), além de novas linhas de financiamento por meio de empréstimos bilaterais firmados com bancos de fomento e bancos comerciais, nacionais e internacionais.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Os Diretores da Companhia informam que não há desinvestimentos relevantes em andamento e/ou desinvestimentos previstos.

B. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva.

Os Diretores da Companhia afirmam que, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foram adicionados 835 quilômetros de rede. No mesmo período referente ao ano de 2017 e 2016, foram adicionados 605 e 1.024 quilômetros de rede, respectivamente, para levar gás a novos consumidores.

Do total dos investimentos realizados durante o ano de 2018, aproximadamente 57% foi destinado à expansão da rede de distribuição de gás. Dentre os projetos realizados no ano destacam-se: Guarulhos, Campinas, Osasco, Cotia, Barueri e São Paulo.

C. Novos produtos e serviços:

Os Diretores da Companhia informam que não há novos produtos e serviços relevantes.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Os Diretores da Companhia entendem que não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais subitens.